PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

Assembleia Geral Ordinária

30 de abril de 2024

("AGO")

JHSF

Sumário:

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO 3

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO 4

2.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 4

2.2. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76 4

2.3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 4

2.4. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária de 2025, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia 5

2.5. Eleger os membros do Conselho de Administração 5

2.6. Eleger o Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos artigos 13, II, e 19 do Estatuto Social da Companhia 7

2.7. Instalar o Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025 7

2.8. Definir o número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal 7

2.9. Eleger os membros do Conselho Fiscal 7

2.10. Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2024 dos Administradores da Companhia 8

2.11. Fixar a remuneração dos membros Conselho Fiscal para o exercício social de 2024 8

3. ORIENTAÇÕES GERAIS 9

3.1. Participação presencial 9

3.2. Participação por Boletim de Voto a Distância 10

3.3. Representação por procuração 11

ANEXO I - INFORMAÇÕES DO ITEM 2 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 12

ANEXO II – ORÇAMENTO DE CAPITAL 36

ANEXO III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO 37

ANEXO IV - INFORMAÇÕES DO ITEM 7 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 44

ANEXO V - INFORMAÇÕES DO ITEM 8 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 57

ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO 89

ANEXO VII - MODELO DE PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO 90

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO

Dia: 30 de abril de 2024

Horário: 10h (*)

Local: Sede da Companhia
Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte)
São Paulo, SP
CEP 05676-120

(*) Ressaltamos a importância dos Senhores Acionistas comparecerem para a AGO com antecedência mínima de meia hora para os competentes procedimentos cadastrais.

O Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária será publicado, nos termos abaixo, nas edições de 2, 3 e 4 de abril no jornal "O Estado de São Paulo", com a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Deliberar sobre proposta de orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76;
3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
4. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária de 2025, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia.
5. Eleger os membros do Conselho de Administração;
6. Eleger o Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos artigos 13, II e 19 do Estatuto Social da Companhia;
7. Deliberar sobre a instalação de Conselho Fiscal;
8. Definir o número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal;
9. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
10. Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2024 dos Administradores da Companhia; e
11. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024.

2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO

2.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e do artigo 10 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/2022"), a Companhia disponibilizou, em 26 de março de 2024, em sua sede, em seu website (https://ri.jhsf.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm), os seguintes documentos (todos em conjunto denominados "DFs"):

(i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
(ii) Cópia das Demonstrações Financeiras, com as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes;
(iii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
(iv) Parecer dos Auditores Independentes;
(v) Parecer do Conselho Fiscal; e
(vi) Relatório resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

As Demonstrações Financeiras em conjunto com as notas explicativas relativas ao exercício de 2023 da Companhia foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S, tendo esta emitido relatório sem modificação de opinião. Assim, em 25 de março de 2024, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho Fiscal, com base nos documentos acima listados e na opinião dos auditores independentes, emitiram parecer favorável ao encaminhamento das DFs para apreciação da AGO, cuja aprovação pelo Conselho de Administração se deu em 25 de março de 2024.

Ainda, os documentos pertinentes foram publicados no jornal "O Estado de São Paulo", em versão impressa e on-line, no dia 28 de março de 2024, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo I desta Proposta.

2.2. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM nº 80, 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80/2022"), e, para os fins do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração da Companhia propõe a adoção de Orçamento de Capital, para o exercício social de 2024, na forma indicada no Anexo II desta Proposta.

2.3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Administração da Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 452.533.000,02 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e trinta e três mil reais e dois centavos).

A Administração da Companhia, em observância à Lei das Sociedades por Ações e ao Estatuto Social da Companhia, propõe a seguinte destinação de referido lucro líquido:

I) R$ 22.626.650,02 (vinte e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e dois centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, para a constituição de reserva legal;
II) R$ 107.476.587,50 (cento e sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), representando 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após descontado o valor destinado para a reserva legal, serão destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, sendo que a totalidade deste valor já foi declarado antecipadamente;
III) R$ 247.291.440,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta reais), correspondentes a parcela não realizada do lucro do exercício, para a formação da reserva de lucros a realizar; e
IV) R$ 75.138.322,50 (setenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) destinados à retenção de lucros com base em orçamento de capital nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 2.2 acima.

As informações constantes do Anexo A da Resolução CVM 81/2022 estão disponíveis para consulta dos acionistas, seguindo como Anexo III à presente Proposta.

2.4. Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária de 2025, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia em seu artigo 18, o Conselho de Administração deverá ser composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros titulares, competindo à Assembleia Geral deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Tendo isso em consideração, para o mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária de 2025, a Administração da Companhia propõe uma composição de **7 (sete) membros** para Conselho de Administração da Companhia, sendo que, no mínimo, 30% (trinta por cento) de sua composição deverá ser de conselheiros independentes, conforme Estatuto Social da Companhia.

2.5. Eleger os membros do Conselho de Administração

Observada a deliberação anterior, a Administração indica a seguinte chapa para eleição do Conselho de Administração, cujos integrantes reúnem os requisitos exigidos por lei e pela Política de Indicação da Companhia:

Membros Efetivos
JOSÉ AURIEMO NETO
THIAGO ALONSO DE OLIVEIRA
ADILSON AUGUSTO MARTINS JÚNIOR
ALBERTO FERNANDES (MEMBRO INDEPENDENTE)
PABLO ROMAN DI SI (MEMBRO INDEPENDENTE)
OSVALDO ROBERTO NIETO (MEMBRO INDEPENDENTE)
RICHARD RAINER (MEMBRO INDEPENDENTE)

Os 4 (quatro) membros independentes acima indicados encaminharam as respectivas declarações de independência ao Conselho de Administração, atestando a aderência dos membros em relação aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável. Nesse sentido, a Administração propõe que, caso eleitos, os membros identificados como independentes sejam enquadrados como tais.

Ressalta-se ainda que o Estatuto Social prevê a eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de chapa, caso não seja solicitado o processo de voto múltiplo. Neste caso, acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações da Companhia podem fazer o pedido, por escrito, com até 48 horas de antecedência à realização da AGO, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com a Resolução CVM nº 70, 23 de março de 2022. Nessa hipótese, deixará de haver eleição por chapa conforme descrito no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

Até o momento, a Companhia não recebeu outras indicações de chapas de candidatos a compor o Conselho de Administração. O acionista ou grupo de acionistas que desejar indicar uma chapa de candidatos para o Conselho de Administração, poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da Resolução CVM 81/2022 e da Lei das Sociedades por Ações.

Para inclusão de uma chapa de candidatos ao Conselho de Administração no Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo dos candidatos, até o dia 05 de abril de 2024, bem como ser detentores de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da Resolução CVM 81/2022.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá, também, indicar uma chapa de candidatos ao Conselho de Administração pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Resolução CVM 81/2022.

As informações detalhadas sobre os candidatos a membro do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta pela Administração, exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, previsto pela Resolução CVM 80/2022, constam do Anexo IV à presente Proposta.

Ainda, conforme orientação da CVM, cumpre à Companhia informar que, em caso seja solicitado o processo de voto múltiplo, adotando-se como premissa a presença de acionistas na AGO representando a totalidade de seu capital social (desconsideradas as ações em tesouraria), caso seja solicitada apenas a votação por voto múltiplo, nesta data, em um cenário de um Conselho de Administração com 7 (sete) membros, será necessário um mínimo de 591.493.610 votos para garantia a eleição de 1 (um) conselheiro. Assim, os acionistas controladores conseguiriam eleger 4 (quatro) membros, e os acionistas não controladores teriam a possibilidade de eleger 3 (três) membros do Conselho de Administração, caso concentrassem seus votos nos mesmos candidatos.

Os acionistas poderão, também, observado o disposto no artigo 141, § 4º da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração.

Em um cenário hipotético de presença de acionistas na AGO representando a totalidade do capital social da Companhia, caso seja solicitada apenas a votação em separado, os acionistas não-controladores teriam a possibilidade de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração, eleito pelos titulares de ações ordinárias que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto, participação, esta, detida de forma ininterrupta pelos últimos 3 (três) meses antes da AGO.

Os procedimentos de voto múltiplo e votação em separado podem ser adotados na mesma Assembleia Geral. Nesse caso, o acionista deverá escolher se participará de um ou outro processo, podendo, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar pelo Processo de Voto Múltiplo e parte para participar da votação

em separado. Porém, um acionista não poderá utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Além disso, quando os sistemas do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das Sociedades por Ações assegura ao acionista ou ao grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais acionistas.

2.6. Eleger o Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos artigos 13, II, e 19 do Estatuto Social da Companhia

Nos termos dos artigos 13, II e 19 do Estatuto Social da Companhia, que determina que compete à Assembleia Geral eleger o Presidente do Conselho de Administração, a Administração da Companhia propõe a recondução do Sr. **José Auriemo Neto** para o cargo de presidente do Conselho de Administração.

2.7. Instalar o Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente na Companhia. O Conselho Fiscal encontra-se em funcionamento desde as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ocorridas em 9 de abril de 2020, tendo sido reinstalado nas Assembleias Gerais Ordinárias subsequentes. O funcionamento do Conselho Fiscal tem reforçado a governança da Companhia. Nesse sentido, propõe-se a continuidade do funcionamento do órgão até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025.

2.8. Definir o número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal

As regras relativas ao órgão estão previstas no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, e estabelecem que deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Assim, a Companhia propõe uma composição com 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Do total de 3 (três) conselheiros efetivos e respectivos suplentes, caso os acionistas não-controladores não exerçam o direito de eleger em separado 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, propõe-se que sejam eleitos, por voto majoritário, por meio de chapa, os candidatos efetivos e respectivos suplentes abaixo indicados. Contudo, caso os acionistas não-controladores exerçam o direito de eleger em separado 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal, serão eleitos por voto majoritário apenas 2 (dois) membros efetivos e respectivos suplentes.

2.9. Eleger os membros do Conselho Fiscal

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a manutenção da atual composição do órgão, com a eleição, **por chapa**, para o mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025, dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal, os quais reúnem os requisitos exigidos por lei e pela Política de Indicação da Companhia:

Membro Efetivo	Membro Suplente
ADEMIR JOSÉ SCARPIN	JOÃO ODAIR BRUNOZI
ARIOVALDO DOS SANTOS	BRUNO MEIRELLES SALLOTI

HECTOR JOSÉ ALFONSO	LUIZ NOVAES CABRAL

Até o momento, a Companhia não recebeu outras indicações de chapas de candidatos a compor o Conselho Fiscal. O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as regras e condições de eleição, cumprindo os dispositivos da Resolução CVM 81/2022 e na Lei das Sociedades por Ações.

Para inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, os acionistas deverão notificar a Companhia por escrito informando o nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, até o dia 5 de abril de 2024, bem como ser detentores de ações que representem, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) do capital social da Companhia, nos termos da Resolução CVM 81/2022.

O acionista ou o grupo de acionistas poderá também indicar candidatos ao Conselho Fiscal e respectivos suplentes na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Resolução CVM 81/2022.

As informações a respeito de cada um dos candidatos acima indicados, conforme estabelecido pelo artigo 11 da Resolução CVM 81/2022, encontram-se no Anexo IV desta Proposta.

2.10. Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2024 dos Administradores da Companhia

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, a fixação da remuneração anual do Administradores é de competência da Assembleia Geral.

A proposta de remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024 (Janeiro/2024 a Dezembro/2024) totaliza R$ 40.800.000,00 (quarenta milhões e oitocentos mil reais).

Para o exercício de 2023, a remuneração global anual aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 2023 ("AGOE de 2023") para os Administradores era de R$ 32.278.646,17 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), sendo certo que foi reconhecido no resultado do exercício de 2023 o montante de R$ 32.286.384,84 (trinta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). A diferença entre os valores aprovados na AGOE de 2023 e os valores efetivamente pagos à conta da remuneração global atribuída aos administradores é de R$ 7.738,67 (sete mil, setecentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos), o que representa 0,024% do total da remuneração aprovada pela AGOE de 2023. Essa divergência se justifica por custos incorridos pela Companhia em razão de movimentações havidas no exercício de 2023 na composição da Diretoria não previstas originalmente. Por esse motivo, a Administração propõe que seja aprovada a rerratificação do valor global da Administração da Companhia pago em 2023, então fixada na AGOE de 2023 no valor de R$ 32.278.646,17 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), para R$ 32.286.384,84 (trinta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80/2022 constam do Anexo V à presente Proposta.

2.11. Fixar a remuneração dos membros Conselho Fiscal para o exercício social de 2024

Conforme previsto no artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal deverá fixar a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior a 10% (dez por cento), para cada membro, da que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computando-se benefícios, verbas da representação e participação nos lucros.

A proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2024 (Janeiro/2024 a Dezembro/2024) totaliza R$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), respeitando-se, assim, a remuneração mínima legal.

Para o exercício de 2023, a remuneração proposta para o Conselho Fiscal era de R$ 495.720,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil e setecentos e vinte reais), sendo certo que foi reconhecido no resultado do exercício de 2023 o montante de R$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais). Não há diferenças significativas entre a proposta para o exercício de 2023 e o realizado do mesmo período, com relação à remuneração do Conselho Fiscal.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80/2022 constam do Anexo V à presente Proposta.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS

3.1. Participação presencial

Como condição para participar da AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

a) Acionistas Pessoa Física

- Documento de identificação com foto; e
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

b) Acionistas Pessoa Jurídica

- Cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Obs.: Para os fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do administrador, os documentos societários que comprovem os poderes de representação, além de documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

c) Acionistas representados por procuração

- Além dos documentos indicados acima, procuração válida com firma reconhecida ou assinadas digitalmente com certificação pelo ICP-Brasil;
- Documento de identificação do procurador com foto.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários. A documentação societária, contudo, deverá comprovar os poderes dos representantes legais que outorgaram a procuração em nome da pessoa jurídica.

d) Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros com a ressalva de que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração de origem estrangeira deverão ser notarizados e consularizados ou apostilados, conforme o caso, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, inglês ou espanhol. Documentos redigidos em outras línguas somente serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma das 3 (três) línguas mencionadas.

Os originais ou cópias autenticadas dos documentos acima citados deverão ser entregues no local de realização da assembleia até o início da AGO.

Para facilitar sua participação, a Companhia receberá cópia simples dos documentos acima referidos até 48 horas antes do início da AGO, por e-mail ou correspondência para um dos seguintes endereços:

Para a Sede Social da Companhia:
Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), Cidade Jardim, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120

A/C Mara Boaventura Dias, Departamento de Relações com Investidores
e-mail: ri@jhsf.com.br

A apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais ou cópias autenticadas dos documentos até o início da AGO.

3.2. Participação por Boletim de Voto a Distância

Os acionistas que desejarem poderão utilizar o Boletim de Voto a Distância ("Boletim") para votação na AGO, nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81/2022. A Companhia disponibilizou o Boletim referente à AGO, em seu website (https://ri.jhsf.com.br), no website da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br).

Para participar da AGO por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, agente escriturador das ações de emissão da Companhia; (ii) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim nos termos da Resolução CVM 81/2022; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem o Boletim diretamente para a Companhia devem observar as regras a seguir:

a) todos os campos deverão estar preenchidos;
b) todas as páginas deverão ser rubricadas;
c) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
d) deverá ser encaminhado, juntamente com o Boletim, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no início deste item 3.

Não será exigido o reconhecimento de firma das assinaturas do Boletim ou sua notarização e consularização ou apostilamento, conforme o caso.

O prazo para recebimento do Boletim pela Companhia se encerra 7 (sete) dias antes da realização da AGO, ou seja, em 23 de abril de 2024 (inclusive).

O Boletim que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação, não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados o prazo indicado acima e os procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81/2022.

Instruções detalhadas devem ser obtidas no Boletim disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (https:// ri.jhsf.com.br) e no websites da CVM (https://www.gov.br/cvm) e/ou da B3 (https://www.b3.com.br).

3.3. Representação por procuração

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma descrita acima.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constantes dos Anexos VI e VII como uma sugestão de texto. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins da Seção IV da Resolução CVM 81/2022, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.

ANEXO I - INFORMAÇÕES DO ITEM 2 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2. Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 incluindo as respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeirasconsolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou BR GAAP e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB.

Os comentários de nossos diretores estatutários visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras de períodopara período, e os principais fatores que explicam essas alterações.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na últimaunidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de caixa e equivalente e caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) totalizou R$ 644,3 milhões, as contas a receber (circulante e não circulante) foi de R$ 1.232,7 milhões, o patrimônio líquido foi de R$ 5.222,9 milhões e a dívida líquida, foi de R$ 2.620,7 milhões. Nesta mesma data, na posição patrimonial destacam-se ainda o estoque de imóveis a comercializar (circulante e não circulante), que foi de R$ 2.224,7 milhões, oimobilizado e intangível totalizando R$ 1.605,4 milhões e as propriedades para investimento totalizando R$ 4.928,3 milhões. Já o índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido era de 63% em 31 de dezembro de 2023.

A administração da Companhia entende que a posição de caixa e equivalente de caixa é suficiente para

fazer frente ao seu plano de negócios. A movimentação da dívida líquida no último exercício social está atrelada ao movimento de alavancagem financeira e reestruturação do perfil de suas dívidas promovido pela Companhia nos últimos anos.

A Administração da Companhia está focada em desenvolver e gerir negócios únicos, focados na excelência e qualidade, comprometidos com inovação e modernidade, para clientes especiais.

Acreditamos que, aliada à busca pela excelência na produtividade e eficiência operacional, executamos nossa gestão financeira de forma disciplinada, visando altas taxas de retorno sobre o capital investido e objetivando a melhoria do nosso fluxo de caixa, a otimização dos investimentos e a preservação da liquidez. Visamos atingir e manter um adequado grau de alavancagem, preservando nossa flexibilidade financeira para que o fluxo de caixa operacional seja utilizado no financiamento do ciclo de expansão dos nossos negócios e na manutenção da distribuição de dividendos.

A Administração da Companhia investiu, e seguirá investindo, em mecanismos e procedimentosinternos de integridade, auditoria e ouvidoria e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta.

O processo decisório das ações da administração está baseado no equilíbrio entre (i) fortalecimento do resultado operacional; (ii) a racionalização da estrutura e alocação de capital;e (iii) ações que visam reduzir o custo de capital próprio e de terceiros. O conjunto dessas açõesforma o tripé do processo de criação de valor que pretendemos entregar a nossos acionistas e demais *stakeholders.*

b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023, era composta de 53% de capital de terceiros e 47% de capital próprio, o queos Diretores da Companhia consideram um índice de alavancagem adequado e uma estrutura de capital equilibrada e condizente com a natureza das atividades desenvolvidas.

A tabela abaixo apresenta a descrição da estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembrode 2023:

Estrutura de Capital - (em R$ milhares, exceto %)	***31/12/2023***
Passivo Circulante	1.237.472
Passivo Não Circulante	4.616.652
Capital de Terceiros	5.855.124
Patrimônio Líquido	5.222.945
Passivo e PL total	**11.078.069**
Capital de Terceiros %	**53%**
Capital de Próprio %	**47%**

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de amortizações das dívidas bancárias e debênturestinha um perfil de vencimento de longo prazo, com 95% vencendo a partir de 12 meses como pode ser observado abaixo:

Ano	2023
2024	303.127
2025	745,984
a partir de 2026	2.263.141
Total bruto	**3.312.252**

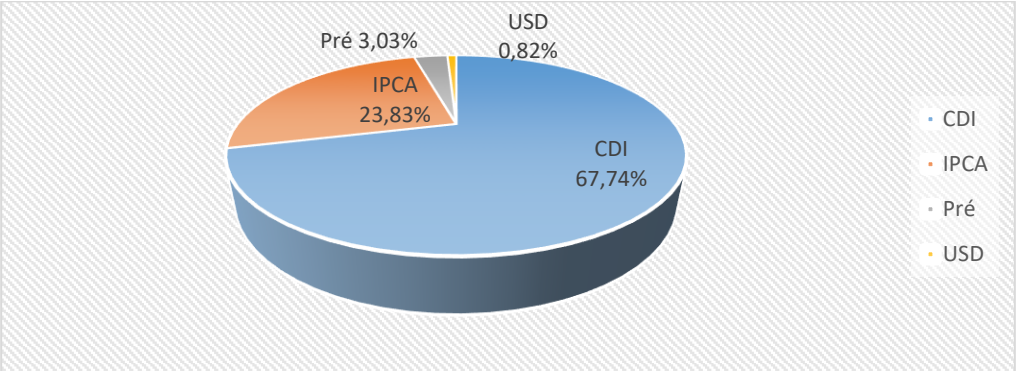
Os índices de liquidez geral (razão entre a soma do ativo circulante e não circulante pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (razão entre o ativo Circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram de 1,7 e 2,5; respectivamente. Em31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R$ 3.268,6 mil de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante, líquidos dos custos de emissão.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa líquido gerado porsuas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo, atualizados monetariamente pela variação de indexadores, acrescido de juros. Esses recursos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i)investimentos em novos negócios e ampliação dos negócios já existentes, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Abaixo, indexadores do endividamento em 31 de dezembro de 2023:



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nesta data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadascom os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empresa	Credor	Moeda	Index.	31/12/2023
JHSF Participações	Banco Santander	Real	CDI	102.738.795,64
JHSF Participações	Banco Santander	Real	CDI	25.200.556,23
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	100.154.882,25
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	256.546.026,93
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	48.233.158,08
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	72.349.737,12
SCJ	CRI	Real	CDI	369.373.446,12
SCJ	CRI	Real	IPCA	416.752.252,00
HMI	Santander	Real	CDI	21.774.838,72
HMI	Santander	Real	CDI	9.936.930,37
HMI	Bradesco	Real	CDI	4.799.194,48
HMI	Santander	Real	CDI	72.030.283,00
JHSF Real Parque	CRI	Real	CDI	160.932.259,46
JHSF Real Parque	CRI	Real	Pré	100.395.490,69
JHSF Adm do Aeroporto	BNDES	Real	IPCA	60.802.165,22
JHSF Adm do Aeroporto	BNDES	Real	IPCA	82.235.776,60
JHSF Adm do Aeroporto	BNDES	Real	IPCA	683.303,74
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	125.137.952,50
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	100.099.324,40
JHSF Participações	CRI	Real	IPCA	98.676.263,65
JHSF Participações	CRI	Real	IPCA	130.246.494,83
Canarias	BBM	Real	CDI	24.561.664,48
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	150.165.543,45
SPCTA	Itaú	Dólar	USD	27.141.798,73
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	150.163.573,27
JHSF Participações	CRI	Real	CDI	351.101.392,81
HMI	Bradesco	Real	CDI	8.245.420,93
JHSF Incorporações	Banco ABC	Real	CDI	40.086.987,17
JHSF Incorporações	Banco ABC	Real	CDI	50.074.921,37
JHSF FBV Empreend	Banco BTG	Real	CDI	151.611.969,39
				3.312.252.404

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A dívida bruta é composta pelo somatório dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), garantidas por garantias reais, tais como (i) hipoteca; (ii) cessão fiduciária; (iii) alienação fiduciária e por garantias fidejussórias, como aval e fiança. O grau de subordinação entre as dívidas da

Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor, qual seja: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentoe contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissãode novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures possuem cláusulas restritivas, determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia que podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, dentre as quais:

- Descumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista naescritura de emissão das debêntures;
- Anulação, nulidade, inexequibilidade ou questionamento, judicial ou extrajudicial, pela Interveniente Garantidora e/ou por seus acionistas da garantia fidejussóriaora pactuada;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado não sanado em prazo previstode qualquer dívida da emissora;
- Alteração do objeto social mudando substancialmente as atividadespraticadas atualmente.

A Companhia acompanha periodicamente o cumprimento das cláusulas contratuais (*covenants*)de acordo com as regras contratuais. Para o exercício social, encerrado em 31/12/2022 não foram observadas evidências de descumprimentos das cláusulas contratuais.

a. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nesta data, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolsonão tenha sido realizado integralmente.

b. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas constantes deste item apresentam um sumário das principais informações financeiras e operacionais consolidadas da Companhia para os períodos ali indicados, acompanhadas de comentários dos Diretores da Companhia a respeito das alterações significativas ocorridas em tais períodos. As informações e comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas, elaboradas emconformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais deContabilidade - IFRS.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

<u>Demonstração de resultado</u>

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 .

(Em milhares de reais – R$)	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV (%)	AH (%)	2022
Receita com venda de imóveis	740.416	46%	-37%	1.181.905
Receita com shoppings centers e locação comerciais	349.077	22%	10%	318.417
Receita com hotéis e restaurantes	371.490	23%	7%	346.575
Receita com operações aeroportuárias	132.490	8%	49%	89.143
Receita operacional líquida	**1.593.474**	**320%**	**-18%**	**1.936.040**
Custos	**(651.259)**	**-41%**	**-16%**	**(773.932)**
Com venda de imóveis	(201.687)	-13%	-40%	(335.599)
Com shoppings centers e locações comerciais	(129.948)	-8%	16%	(111.718)
Com hotéis e restaurantes	(247.119)	-16%	-4%	(256.682)
Custos com operações aeroportuárias	(72.504)	-5%	4%	(69.933)
Lucro bruto	**942.215**	**59%**	**-19%**	**1.162.108**
Receitas e (despesas) operacionais	**(21.358)**	**-1%**	**-92%**	**(254.373)**
Despesas gerais e administrativas	(290.203)	-18%	10%	(264.883)
Despesas comerciais	(60.372)	-4%	-15%	(71.327)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(49.889)	-3%	52%	(32.758)
Variação no valor justo de propriedades para investimento	374.684	24%	235%	111.943
Resultado de equivalência patrimonial	4.422	0%	67%	2.652
Lucro antes do resultado financeiro	**920.857**	**58%**	**1%**	**907.735**
Resultado financeiro, líquido	(204.898)	-13%	8%	(190.305)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**715.959**	**45%**	**0%**	**717.430**
Imposto de renda e contribuição social	**(218.094)**	**-14%**	**196%**	**(73.730)**
Correntes	(14.002)	-1%	-60%	(35.044)
Diferidos	(204.092)	-13%	428%	(38.686)
Resultados de operações continuadas	**497.865**	**100%**	**-23%**	**643.700**
Lucro líquido do exercício	**497.865**	**31%**	**-23%**	**643.700**

Receita com vendas de imóveis

A receita da Companhia com vendas de imóveis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 740.416 mil comparativamente a R$ 1.181.905 mil no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 37%. Essa redução é atribuída substancialmente a diferença de mix de produtos vendidos na comparação com 2022. Em 2023,foram vendidos mais produtos imobiliários – com reconhecimento de Receita de acordo com o método PoC (Percentege of Completion), diferente dos lotes, que geralmente tem receita reconhecida no ato da venda.

Receita com shopping centers e locações comerciais

A receita da Companhia com shopping centers e locações comerciais no exercício encerrado em31 de dezembro de 2023 foi de R$ 349.077 mil comparativamente a R$ 318.417 mil no exercícioencerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 10%. Este aumento é atribuído substancialmente a retomado das vendas dos shoppings e reajuste de IGP-M no contratos de locação.

Receita com hotéis e restaurantes

A receita da Companhia com hotéis e restaurantes no exercício encerrado em 31 de dezembrode 2023 foi de R$ 371.490 mil comparativamente a R$ 346.575 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 7%. Este aumento é atribuído substancialmente a expansão dos hoteis e restaurantes.

Receita com operações aeroportuárias

A receita da Companhia com operações aeroportuárias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 132.490 mil comparativamente a R$ 89.143 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 49%. Este aumento é atribuído substancialmente a expansão dos hangares e a maturação do aeroporto.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.593.474 mil comparativamente a R$ 1.936.040 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 18%. Essa redução é demonstrada pelos itens acima.

Custos

Os custos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 651.259mil comparativamente a R$ 773.932 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o querepresentou uma redução de 16%, conforme explicado abaixo.

Custos com vendas de imóveis

Os custos com vendas de imóveis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram deR$ 201.687 mil comparativamente a R$ 335.599 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 o que representou uma redução de 40%. Essa redução é atribuída substancialmente a queda da inflação e do preço dos insumos da construção civil.

Custos com shopping centers e locações comerciais

Os custos com shopping centers e locações comerciais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 129.948 mil comparativamente a R$ R$ 111.718 mil no exercícioencerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 16%. Este aumentoé atribuído ao maior nível de atividade do segmento.

Custos com hotéis e restaurantes

Os custos com hotéis e restaurantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foramde R$ 247.119 mil comparativamente a R$ 256.682 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representa uma redução de 4%. Mantendo-se estável no período.

Custos com operações aeroportuárias

Os custos com operações aeroportuarias no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 72.504 mil comparativamente a R$ 69.933 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 4%. Mantendo-se estável no exercício.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.162.108 mil comparativamente a R$ 942.215 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 19%, tendo em vista o exposto acima.

Receitas e (despesas) operacionais

As linhas de receitas e (despesas) operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de uma despesa operacional de R$ 21.358 mil comparativamente a umadespesa operacional de R$ 254.373 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 92% na despesas. Essa redução é atribuída substancialmente ao resultado com a variação de valor justo das propriedades para investimento, conforme mencionado em item específico abaixo e pelo crescimento da operações da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foramde R$ 290.203 mil comparativamente a R$ 264.883 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 10%. Esse aumento é justificado pelo crescimento das operações da Companhia.

Despesas comerciais

As despesas comerciais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 60.372 mil comparativamente a R$ 71.327 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de 15%. Essa redução é justificada pela desaceleração dos lançamentos de produtos imobiliários.

Outras receitas e (despesas) operacionais

As outras receitas e (despesas) operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023foi de uma despesa operacional de R$ 49.889 mil comparativamente a uma despesa operacionalde R$ 32.758 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 22%. Esse aumento é atribuído substancialmente a despesas não recorrentes do exercício.

Valor justo de propriedades para investimento

O valor justo de propriedades para investimento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 374.684 mil comparativamente a R$ 111.943 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 235%. Este aumento é atribuído ao ganho na expansão do Catarina Fashion Outlet, recohecimento de novos hangares e casas para locação.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi uma receita de R$ 4.422 mil comparativamente a uma receita de R$ 2.652 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de despesas de 67%. Esta redução do resultado com equivalência é atribuída substancialmente a queda no resultado líquido da coligada Valentino Comércio de Artigos de Luxo Ltda. onde a Companhia mantinha participação minoritária.

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 920.857 mil comparativamente a R$ 907.735 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 1%, considerando os fatores mencionados acima.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro, líquido, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de uma despesa financeira de R$ 204.898 mil comparativamente a uma despesa financeira de R$ 190.305 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento dos juros pagos em empréstimos, financiamentos e debêntures e pela captação de novos recursos.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 715.959 mil comparativamente a R$ 717.430 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma reduçao de 0%, considerandoos fatores mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi uma despesa de R$ 218.094 mil comparativamente a uma despesa de R$ 73.730 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma aumento de 196%. Esse aumento é atribuído substancialmente à maior constituição de provisão de imposto diferido sobre o ganho à valor justo das Propriedades para Investimento.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 497.865 mil comparativamente ao lucro líquido de R$ 643.700 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, variação substancialmente atribuída aos fatores mencionados acima.

Comparação dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em milhares	No exercício encerrado em 31 de dezembro de			
ATIVO	**2023**	**AV (%)**	**AH (%)**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	318.126	3%	18%	269.036
Títulos e valores mobiliários	326.173	3%	-50%	656.655
Contas a receber	613.518	6%	-22%	785.895
Imóveis a comercializar	1.171.714	11%	-2%	1.189.777
Créditos diversos	272.338	2%	10%	246.820
Total do ativo circulante	**2.701.869**	**24%**	**-14%**	**3.148.183**
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários	-	0%	0%	-
Contas a receber	619.157	6%	28%	485.029
Imóveis a comercializar	1.052.992	10%	12%	940.554
Partes relacionadas	70.113	1%	139%	29.308
Créditos diversos	86.649	1%	82%	47.651
Investimentos	13.591	0%	26%	10.810
Imobilizado	1.475.375	13%	-1%	1.490.426
Propriedades para investimento	4.928.324	44%	26%	3.920.332
Intangível	129.999	1%	1%	128.138
Total não circulante	**8.376.200**	**76%**	**19%**	**7.052.248**
Total dos ativos	**11.078.069**	**100%**	**9%**	**10.200.431**

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo desta conta passou de R$ 269.036 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 318.126 milem 31 de dezembro de 2022, representando uma aumento de 18%. Este aumento é atribuído substancialmente a realização do contas a receber de incorporação imobiliária no exercício de 2023.

Títulos e valores mobiliários

O saldo desta conta passou de R$ 656.655.751 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 326.173 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 50%. Essa redução é atribuída substancialmente aos investimentos realizados no shoppings, aeroporto e landbank da Companhia, bem como pelo caixa das atividades de financiamento.

Contas a receber

O saldo desta conta passou de R$ 785.895 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 613.518 milem 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 22%. Esta redução é atribuída substancialmente aos recebimentos da carteira de clientes de incorporação imobiliária da Fazenda Boa Vista, Fasano Residence, Village elançamento do BV Estates.

Imóveis a comercializar

O saldo desta conta passou de R$ 1.189.777 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 1.171.714 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma queda de 2%. Esta queda é atribuídasubstancialmente, à realização dos estoques imobiliários do complexo Boa Vista.

Créditos diversos

O saldo desta conta passou de R$ 246.820 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 272.338 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 10%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do estoque dos restaurantes, hoteis Fasano e lojas.

Total do ativo circulante

O saldo desta conta passou de R$ 3.148.183 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 2.701.869 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma queda de 14%, conforme explicado acima.

Não circulante

Contas a receber

O saldo desta conta passou de R$ 485.029 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 619.157 milem 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 28%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas da Fazenda Boa Vista, Fasano Residence, Village elançamento do BV Estates.

Imóveis a comercializar

O saldo desta conta passou de R$ 900.554 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 1.052.992 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 12%. Este aumento é atribuído substancialmente, à aquisição dos terrenos adjacentes do complexo Boa Vista e terreno Santa Helena os quais foram adquiridos para desenvolvimento de produtos de incorporação imobiliária.

Partes relacionadas

O saldo desta conta passou de R$29.308 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 70.113 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 139%. Este aumento é atribuído substancialmente a operações de conta corrente com coligadas da Companhia.

Créditos diversos

O saldo desta conta passou de R$ 47.651 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 86.649 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 82%. Este aumento é atribuído substancialmente a provisões de valores com terceiros (transação C-fly).

Investimentos

O saldo desta conta passou de R$ 10.810 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 13.591 em31 de dezembro de 2023. Esse aumento é justificado pela valorização e melhor performance das investidas da Companhia.

Imobilizado

O saldo desta conta passou de R$ 1.490.426 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 1.475.375mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 1%. Essa redução é atribuídasubstancialmente a depreciação do exercício.

Propriedades para Investimentos

O saldo desta conta passou de R$ 3.920.332 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 4.928.324mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 26%. Este aumento é atribuído substancialmente à variação do valor justo de propriedades.

Intangível

O saldo desta conta passou de R$ 128.138 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 129.999 milem 31 de dezembro de 2023, mantendo-se praticamente estável.

Total do ativo não circulante

O saldo desta conta passou de R$ 7.052.248 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 129.999mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 19%, conforme explicado acima.

Em milhares	No exercício encerrado em 31 de dezembro de			
PASSIVO	**2023**	**AV (%)**	**AH (%)**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	217.059	2%	54%	140.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures	265.073	2%	96%	135.298
Obrigações com parceiros em empreendimentos	14.462	0%	11%	13.003
Adiantamento de clientes	241.284	2%	50%	160.998
Débitos com partes relacionadas	3.396	0%	-8%	3.687
Dividendos a pagar	250.001	2%	118%	114.487
Débitos diversos	247.197	2%	22%	202.451
Total do passivo circulante	**1.238.472**	**11%**	**61%**	**770.824**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos, debêntures	2.999.595	27%	3%	2.926.212
Obrigações com parceiros em empreendimentos	292.896	3%	17%	250.593
Impostos e contribuições diferidos	877.464	8%	19%	737.305
Débitos com partes relacionadas	3.449	0%	-2%	3.524
Dividendos a pagar	-	0%	0%	-
Provisão para demandas judiciais	53.441	0%	61%	33.241
Adiantamentos de clientes e distratos	3	0%	0%	-
Débitos diversos	389.804	4%	-18%	476.303
Total do passivo não circulante	**4.616.652**	**42%**	**4%**	**4.427.178**
Patrimônio líquido				
Capital social	1.865.950	17%	0%	1.865.950
Reservas de lucros	3.094.742	28%	3%	3.011.024
Ações em tesouraria	(70.815)	-1%	-13%	(81.015)
Ajuste de avaliação patrimonial	(68.924)	-1%	103%	(33.958)
(-) Gastos com emissão de ações	(60.802)	-1%	0%	(60.802)
Patrimônio líquido dos controladores	**4.806.797**	**43%**	**1%**	**4.746.743**
Patrimônio líquido dos não controladores	**416.148**	**4%**	**63%**	**255.686**
Total do patrimônio líquido	**5.222.945**	**47%**	**4%**	**5.002.429**
Total do passivo e patrimônio líquido	**11.078.069**	**100%**	**9%**	**10.200.431**

PASSIVO

Circulante

Fornecedores

O saldo desta conta passou de R$ 140.900 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 217.059 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 54%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do negócios da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo desta conta passou de R$ 135.298 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 265.073 milem 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 96%. Esse aumento é atribuído substancialmente ao vencimento de dívidas no curto prazo.

Obrigações com parceiros em empreendimentos

O saldo desta conta passou de R$ 13.003 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 14.462 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 11%. Este aumento é atribuído substancialmente à atualização a valor justo da cessão de usufruto.

Adiantamento de clientes

O saldo desta conta passou de R$ 160.998 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 241.284 milem 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 50%. Esse aumento é justificado pelo aumento do recebimento de clientes de incorporação imobiliária.

Débitos com partes relacionadas

O saldo desta conta passou de R$ 3.687 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 3.396 mil em 31 de dezembro de 2023, mantendo-se praticamente estável.

Dividendos a pagar

O saldo desta conta passou de R$ 114.487 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 250.001 milem 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 118%. Essa aumento é atribuído aos dividendos minimos obrigatórios constituidos no exercício.

Débitos diversos

O saldo desta conta passou de R$ 202.451 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 247.197 milem 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 22%. Este aumento é atribuído substancialmente ao saldo passivo de aquisição de terrenos.

Total do passivo circulante

O saldo desta conta passou de R$ 770.824 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 1.238.472 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 61%, conforme explicado acima.

Não Circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo desta conta passou de R$ 2.926.212 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 2.999.595mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 3%. Este aumento é atribuídosubstancialmente à novas captações de empréstimos e debêntures no exercício.

Obrigações com parceiros em empreendimentos

O saldo desta conta passou de R$ 250.593 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 292.896 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 17%. Este aumento é atribuído substancialmente à obrigação de transferir a frações ideais do empreendimento Faria Lima Shops em permuta de terreno.

Impostos e contribuições diferidos

O saldo desta conta passou de R$ 737.705 em 31 de dezembro de 2022, para R$ 877.464 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 19%, esse aumento é justificado pelo aumento do valor justo das propriedades para investimento, base de cálculo para o diferido.

Débitos com partes relacionadas

O saldo desta conta passou de R$3.524 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 3.449 mil em 31 de dezembro de 2023, mantendo-se estável no período.

Provisão para demandas judiciais

O saldo desta conta passou de R$ 33.241 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 53.441 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 61%. Este aumento é atribuído substancialmente à provisões tributárias e cíveis.

Adiantamento de clientes

O saldo desta conta passou de R$ 0 em 31 de dezembro de 2022, para 3 em 31 de dezembro de 2023. Mantendo-se estável no período.

Débitos diversos

O saldo desta conta passou de R$ 476.303 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 389.804 mil em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 18%. Essa redução é atribuída substancialmente ao saldo passivo de aquisição de terrenos.

Total do passivo não circulante

O saldo desta conta passou de R$ 4.427.178 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 4.616.652 mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 4%, conforme explicado acima.

Patrimônio Líquido

O saldo desta conta passou de R$ 4.427.178 mil em 31 de dezembro de 2022, para R$ 4.616.652mil em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 42%. Este aumento é atribuídosubstancialmente a incorporação do resultado do exercício às reservas de lucro da Companhia.

FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(em R$ milhares)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	AH % (2023 X 2022)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	106.762	149,63%	(215.131)
Fluxo de caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimento	58.198	107,67%	(758.352)
Fluxo de caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(115.870)	-114,12%	820.776
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	49.090	132,15%	(152.707)

Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R$ 215.131 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 106.762 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de 149,63% decorre principalmente do recebimento de caixa do segmento de incorporações exercício de 2023.

Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 758.352 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R$ 58.198 mil no exercício findo em31 de dezembro de 2023. Esse redução de 107,67% é justificado principalmente pelos investimentos nas expansões do Shopping Cidade Jardim, CFO e Aeroporto Catarina, os quais foram menores em 2023 em função da aproximação do período de inauguração (2022 com investimento durante o ano todo).

Fluxo de caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R$ 820.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R$ 115.870 mil gerados no exercíciofindo em 31 de dezembro de 2023. Essa redução de 114,12% é justificado principalmente pela entrada de dívidas no período.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suasoperações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi devido a receita decorrente de incorporações (venda de imóveis), renda recorrente (shoppings centers e locação comerciais), hotéis e restaurantes e operações aeroportuárias.

(R$ milhões)	Exercícios encenrrados em: 31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	**1.593,5**	**1.936,0**
Receita com venda de imóveis	740,4	1.181,9
Receita com shoppings centers e locação comerciais	349,1	318,4
Receita com hotéis e restaurantes	371,5	346,6
Receita com operações aeroportuárias	132,5	89,1

Receita de venda de unidades não concluídas

A receita de incorporação imobiliária representa o valor justo da contraprestação recebida ou areceber pela comercialização de unidades imobiliárias, e é apresentada líquida dos impostos, dos distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas da Companhia, e incluem a atualização monetária doscontratoscom base na variaçãodo Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

Na venda de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados a Companhia utiliza o método de porcentagem de conclusão da obra (POC) para contabilizar seus contratos de vendade unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária.

Receita de venda de unidades concluídas

Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda e o respectivo custo das unidadesconcluídas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da entrega das chaves.

Receita com shopping centers e locações comerciais

A Companhia registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais. O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção daparticipação da Companhia em cada shopping, e adicionalmente são avaliados os efeitos das bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independentemente da forma de recebimento.

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil, considerando os potenciais impactos de incentivos aos locatários.

Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação doíndice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, e um montante obtido através da aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. A diferença entre o valor mínimo eo montante obtido através da aplicação de percentuais sobre a receita bruta de vendas, são considerados pagamentos contingentes e reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos.

Receita de cessão de direitos de uso – Receita diferida

Os valores de cessão de direitos de uso (CDU), líquidos dos montantes pagos por recompra de “pontos comerciais”, são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento de suaassinatura, sendo apropriado ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel (em média 60 meses)

das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação.

Receita com estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos dos shoppings centers conforme utilização do espaço do estacionamento pelo cliente, de acordo com tabela de preços por cargahorária, sendo cobrado sobre o período utilizado.

Receita com prestação de serviços

Refere-se à prestação de serviços de administração, consultoria, serviços de telefonia ecomercialização de energia elétrica para Shopping Centers.

Receita de hospedagem e consumo em hotéis

Refere-se à receita com diárias em quartos e apartamentos dos hotéis Fasano, além doconsumo de alimentos e bebidas e outros serviços de concierge prestados pelos hotéis.

Receita de consumo de alimentação e bebidas

Refere-se à receita com venda de alimentação e bebidas nos restaurantes do conglomerado JHSF.

Receita de operações aeroportuárias

A receita refere-se à prestação de serviços do Programa Catarina Jets, hangaragem de aeronaves, taxas aeroportuárias e abastecimento de aeronaves, as quais são reconhecidas peloregime de competência, apropriadas a receita, quando consumidas por seus clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram os resultados operacionais serão descritos nos itens abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os resultados das operações da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de2023 foi e continuará a ser influenciado pelos seguintes fatores: (i) taxa de ocupação dos estabelecimentos, que pode afetar o custo com vacância; (ii) valor dos aluguéis cobrados, incluídos descontos concedidos aos lojistas, distratos de unidade imobiliárias; redução do número de pessoas que circulam nos restaurantes e número de hóspedes nos hotéis; que podem afetar as receitas operacionais da Companhia (iii) inadimplência de lojistas, que pode afetar outros resultados operacionais por meio da provisão para perdas com clientes; (iv) valor das propriedades para investimentos, decorrentes do valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados e das taxas de descontos, ambos sensíveis ao panorama macroeconômico, e; (v) resultados financeiros, que podem ser impactados pelo nível de alavancagem da Companhia bem como pelas taxas praticadas no mercado.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os Diretores da Companhia entendem que a inflação pode impactar o resultado operacional da

Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido aos reajustes noscontratos de locações dos lojistas dos shopping centers. Da mesma forma que as receitas da Companhia estão vinculadas às variações de índices de aluguel, uma parte dos custos operacionais da Companhia está também vinculado a índices de inflação, principalmente aqueles ligados a fornecedores de materiais e serviços, como seguros, custos com lojas vagas, cogeração de energia, serviços bancários e gerais.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia decidiu ajustar determinados saldos contábeis de exercícios anteriores aperfeiçoando a forma de contabilização de certas vendas do segmento de incorporação imobiliária, reconhecimento de determinadas obrigações tributárias e ajustes em saldos de estoque do segmento de varejo. Conforme previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e os valores correspondentes referentes a 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 foram ajustados e foram reapresentados.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo à demonstração financeira para o exercíciofindo em 31 de dezembro de 2023, emitido pela Ernst Young Auditores Independentes S.S., apresenta as seguintes Ênfases:

"Ênfases

Reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa 2.6, em decorrência de alterações na forma de contabilização de determinados contratos de venda do segmento de incorporação imobiliária, reconhecimento de determinadas obrigações tributárias e ajustes em saldos de estoque do segmento de varejo, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto."

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa com efeitos relevantes.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A seguir descrevemos as principais transações envolvendo as controladas diretas e indiretas e aprópria Companhia realizadas no exercício 2023:

Transação C-fly

Em fevereiro de 2023, a Companhia, por meio de sua controlada JHSF Administradora do Catarina Aeroporto Executivo S.A. firmou contrato com a C-Fly Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. ("C-Fly"), que prevê a criação de uma nova sociedade operadora de "Fixed Based Operator" ("FBO"), por meio de Sociedade por Conta de Participação ("SCP") para explorar crescentes oportunidades no Brasil e no exterior ("Transação"). A Companhia deterá 83,5% dessa nova sociedade sendo a sócia ostensiva.

No contexto da Transação, além de novos projetos a serem prospectados e desenvolvidos (i) a C-Fly adquiriu, por R$116.133, 16,5% dos Resultados Econômicos Gerados na Operação do Catarina, sem incluir direitos e poderes políticos perante o Catarina, nem incluir a propriedade do terreno sobre o qual o aeroporto foi construído, o qual, no âmbito da Transação, gerou exclusivamente para a JHSF remuneração anual de cerca de R$40.000, que serão atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM-FGV) e; (ii) a JHSF assumiu compromissos de investimento da C-Fly no FBO do Aeroporto de Guarulhos ("GAT GRU"), visando a modernização da infraestrutura de atendimento aos passageiros da aviação executiva, de forma a aprimorar os serviços prestados aos usuários que optam por operar voos pelo Aeroporto de Guarulhos.

Os registros contábeis da transação estão demonstrados nas rubricas de contas a receber, investimento, créditos diversos e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023.

Venda de fração ideal dos Shoppings Ponta Negra e Bela Vista

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a venda da totalidade de suas frações ideias dos Shoppings Bela Vista e Ponta Negra por meio de suas controladas para os fundos de investimento imobiliários JHSF Capital Bela Vista e JHSF Capital Ponta Negra. A transação foi realizada entre partes relacionadas à valor de livros contábeis e não gerou ganhos ou perdas no exercício, impactou apenas a DMPL na rubrica de transação com acionistas não controladores no montante de R$38.782.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera com que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultadosda Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 medições nãocontábeis, divulgados em nossas demonstrações financeiras, exceto pelo EBITDA demonstrado na avaliação dos *covenants*.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstraçõesfinanceiras auditadas

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, medições não contábeis, divulgados em nossas demonstrações financeiras, exceto pelo EBITDA demonstrado na avaliação dos *covenants*.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a corretacompreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, medições não contábeis, divulgados em nossas demonstrações financeiras, exceto pelo EBITDA demonstrado na avaliação dos *covenants*.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 evento subsequente que as altere de substancialmente, além do que está divulgado.

2.7. Destinação de Resultado

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O lucro líquido do exercício da Companhia, nos termos do Estatuto Social vigente em 2023, tinha obrigatoriamente a seguinte destinação: **(a)** 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20%do capital social subscrito; **(b)** pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e a Lei nº 6.404,de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e **(c)** constituição de reserva de investimento e distribuição dedividendos além dos dividendos obrigatórios nas condições da Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada

exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: **(a)** o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e **(b)** o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração pode propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucrosa realizar (artigo 197 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei 10.303/01).

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Todavia, o Conselho de Administração pode deliberar, eventualmente, pagamentos mensais ou trimestrais.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de destinação de resultados aprovada pelo Conselho de Administração. O documento está disponível no site ri.jhsf.com.br, no caminho "Governança Corporativa – Estatuto, Regimentos e Políticas".

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstraçõesfinanceiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecemno seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aoexercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Devido ao método de realização das receitas pertinentes ao segmento de incorporação imobiliária (porcentagem de conclusão da obra "POC"), existem vendas contratadas de empreendimentos já lançados que ainda não foram totalmente registrados nas rubricas de receita e contas a receber, bem como a obrigação de construção (custo de obra a incorrer) dessas unidades, permanecendo assim saldos a realizar não registrados no balanço patrimonial, conforme tabela abaixo:

	2023
Receita de imóveis vendidos a apropriar (a)	659,8
Custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar (b)	(337,9)

(a) A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido das atualizações contratuais e deduzido de rescisões, líquida da parcela dereceita apropriada, e não contempla ajuste a valor presente tampouco impostos incidentes.

(b) Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos).

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeirasda Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadosno item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Vide efeitos evidenciados no item (a) da seção 2.8.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide efeitos evidenciados no item (a) da seção 2.8.

2.10 Planos de Negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios doemissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dosinvestimentos previstos

O plano de negócios da Companhia considera, para o exercício de 2023, investimentos e aplicações de capital no valor de R$75.138 mil para atender ao projeto de crescimento dos negócios que prevê a conclusão das expansões do Shopping Cidade Jardim, Catarina Fashion Outlet e hangares do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional, conclusão das obrasem andamento do Complexo Fazenda Boa Vista e das obras dos empreendimentos Real Park, Fazenda Santa Helena, Reserva Cidade Jardim e Shops Faria Lima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para os investimentos realizados no último exercíciosocial, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, acesso ao mercado de capitais brasileiro e geração de caixa operacional.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes da geração de caixa operacional e de atividades de financiamento disponíveis no mercado, incluindo eventualmente acesso ao mercado de capitais brasileiro.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ououtros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia comunicou ao mercado em 28 de abril de 2023 a celebração de acordo para aquisição e gestão de imóvel situado no bairro de Mayfair em Londres ("Fasano London"). Pelo acordo celebrado, no imóvel será implementado a operação do Fasano, num contrato de longo prazo (o "Contrato de Gestão"), para as atividades de hotelaria, gastronomia e club. No Fasano London são esperadas 20 suítes hoteleiras, 2 operações de gastronomia e um "Club", modelo de operação típica londrina.

O Imóvel é detido por um Fundo de Investimentos (o "Fundo") que é gerido pela JHSF Capital, eque será distribuído no mercado internacional nos próximos meses, sendo que a Companhia tem a opção de participar no capital do Fundo de acordo com sua estratégia.

Como parte do negócio, foram prestadas devidas garantias ao financiador da aquisição do imóvel, cuja expectativa é que findem com a colocação das cotas do fundo no mercado. A Companhia tem como contragarantia a hipoteca do Imóvel e as cotas do Fundo.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia iniciou o desenvolvimento do Shops Faria Lima, empreendimento que contará com uma ABL de aproximadamente 15.560 m². A Companhia lançou novos produtos imobiliários nos exercícios, com destaque para o ComplexoBoa Vista.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ouserviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, para a construção e expansão do Aeroporto foram gastos aproximadamente R$ 17,1 milhões e para expansão e/ou construção dos Shoppings da Companhia foram gastos R$ 94,7 milhões em 2023.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A estratégia corporativa de sustentabilidade foi estruturada e aprovada, em 2021 e 2022, de forma integrada ao plano de negócios da Companhia. Alinhada à cultura, tem por ambição 'Redefinir o conceito de excelência por um ecossistema de negócios sustentável' que, por meio dos seis compromissos assumidos, passa a tangenciar a condução dos negócios e a guiar a forma como a JHSF se relaciona com seus *stakeholders* na busca por 'Transformar os empreendimentos da Companhia em polos de impacto positivo, levando o bem viver para seus clientes e para além de seus muros'. Assim, o ano de 2023 foi marcado pelo desenvolvimento de programas e estratégias acessórias (Investimento Social Privado, Gestão da Cadeia de Suprimentos, Agenda Climática, dentre outras), que passarão a apoiar, cada vez mais, o desenvolvimento das atividades e incorporar novos elementos ESG nas decisões. Ressalta-se que toda essa evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê ESG, o qual é composto por membros independentes que também fazem parte do Conselho de Administração, bem como por representantes da Diretoria Executiva da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenhooperacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

ANEXO II – ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta de Orçamento de Capital – Retenção de Lucros - Artigo 196 da Lei nº 6.404/76

O plano de negócios da Companhia considera, para o exercício de 2024, investimentos e aplicações de capital no valor de R$ 75.138.322,50 (setenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) para atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia. Dentre as principais iniciativas destacam-se:

- Construção do São Paulo Surf Club e do Fasano Club, além do Surf Lodge Hotel no Boa Vista Village;
- Construção do Town Center do Boa Vista Village; e
- Desenvolvimento dos empreendimentos Real Park, Fazenda Santa Helena, Reserva Cidade Jardim e Shops Faria Lima.

Além da retenção de lucros proposta, são fontes de financiamento para os projetos de investimento previstos neste Orçamento de Capital a disponibilidade de caixa existente e a própria geração de caixa dos negócios, inclusive os recebíveis gerados pela venda de produtos imobiliários e de títulos dos clubes em construção.

ANEXO III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia informa que o Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 452.533.000,02 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e trinta e três mil reais e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de dividendos mínimo obrigatórios apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 107.476.587,50 (cento e sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que corresponde a um valor por ação de R$ 0,15899 (zero vírgula um, cinco, oito, nove e nove). O montante de dividendos antecipados pagos no curso do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), que corresponde a um valor por ação de R$ 0,42160 (zero vírgula quatro, dois, um, seis e zero).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A distribuição de dividendos perfaz 25% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia declarou e aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor bruto total de R$ 97.500.000,00 (noventa e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo (i) R$ 80.513.795,00 (oitenta milhões, quinhentos e treze e setecentos e noventa e cinco reais), à débito da conta de reservas de lucros existentes no balanço da Companhia retidos de exercícios anteriores; e (ii) R$ 16.986.205,00 (dezesseis milhões, novecentos e oitenta e seis mil e duzentos e cinco reais), à débito da conta de reservas de lucros existentes no balanço da Companhia de 31/12/2022.

Em 21 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia declarou e aprovou o pagamento de dividendos intermediários à débito da conta de reservas de lucros existentes no balanço da Companhia de 31/03/2023, no valor bruto total de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Parte dos dividendos declarados foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia declarou e aprovou o pagamento de dividendos intermediários à débito da conta de reservas de lucros existentes no balanço da Companhia de 30/09/2023, no valor bruto total de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Parte dos dividendos declarados foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos foram e/ou serão pagos em 12 (doze) parcelas nas seguintes datas:

Parcela	Montante (R$)	Data de Pagamento	Ex-Dividendos
1	20.833.333,33	09/01/2024	28/12/2023
2	20.833.333,33	09/02/2024	01/02/2024
3	20.833.333,33	11/03/2024	01/03/2024
4	20.833.333,33	09/04/2024	01/04/2024
5	20.833.333,33	09/05/2024	30/04/2024
6	20.833.333,33	10/06/2024	31/05/2024
7	20.833.333,33	09/07/2024	01/06/2024
8	20.833.333,33	09/08/2024	01/08/2024
9	20.833.333,33	09/09/2024	30/08/2024
10	20.833.333,33	09/10/2024	01/10/2024
11	20.833.333,33	11/11/2024	01/11/2024
12	20.833.333,37	09/12/2024	29/11/2024

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Vide tabela abaixo (R$ mil):

	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício	452.533	618.889	1.003.464

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Vide tabela abaixo (R$ mil):

	2023	2022	2021
Dividendos distribuídos	437.400	363.992	269.361

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Montante de R$ 22.626.650,02 (vinte e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e dois centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O artigo 29 do Estatuto Social da Companhia prevê:

*"**Artigo 29 -** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:*

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

***Parágrafo 1º -** Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).*

***Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos deste artigo, poderá ser paga por deliberação do Conselho de Administração, aos Administradores, uma participação no lucro semestral, ad referendum da Assembleia Geral.*

***Parágrafo 3º -** A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia Geral, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este artigo.*

***Parágrafo 4º -** A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intercalares a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ad referendum da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.*

***Parágrafo 5º -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas e reverterão em favor da Sociedade.*

***Parágrafo 6° -** O Conselho de Administração deliberará sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.*

***Parágrafo 7º** - A Companhia poderá realizar o pagamento de dividendos em dinheiro e/ou em outros ativos, por deliberação e conforme os critérios a serem definidos pelo Conselho de Administração."*

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

A Companhia esclarece que no exercício social de 2023 houve a adição de reservas de lucros a realizar no montante de R$ 247.291 mil conforme demonstrado a seguir:

	2023
Reserva de lucros a realizar no início do exercício	1.168.201
Variação do valor justo	374.684
IR/CS diferidos sobre variação do valor justo	(127.369)
(=) Parcela do Lucro não realizado no exercício	**247.291**
(-) Realização do valor justo	-

Reserva de lucros a realizar	**1.415.492**

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

As reservas de lucro a realizar são constituídas sobre a variação do valor justo das propriedades para investimento (AVJ) auferidas no resultado do exercício de 2023, líquidas do imposto de renda e da contribuição social, nas alíquotas vigentes. O AVJ está refletido na Companhia por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando os ativos que registraram ganho ou perda com AVJ são vendidos, este ganho ou perda são considerados na destinação do resultado do exercício em que a venda ocorreu, aumentando ou reduzindo a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios e o resultado líquido disponível para a assembleia.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15.Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Companhia propôs à AGO a retenção do montante de R$ 75.138.322,50 (setenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), conforme valor previsto em orçamento de capital estipulado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Proposta de Orçamento de Capital – Retenção de Lucros - Artigo 196 da Lei nº 6.404/76

O plano de negócios da Companhia considera, para o exercício de 2024, investimentos e aplicações de capital no valor de R$ 75.138.322,50 (setenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) para atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia. Dentre as principais iniciativas destacam-se:

- Construção do São Paulo Surf Club e do Fasano Club, além do Surf Lodge Hotel no Boa Vista Village;
- Construção do Town Center do Boa Vista Village; e
- Desenvolvimento dos empreendimentos Real Park, Fazenda Santa Helena, Reserva Cidade Jardim e Shops Faria Lima.

Além da retenção de lucros proposta, são fontes de financiamento para os projetos de investimento previstos no Orçamento de Capital a disponibilidade de caixa existente e a própria geração de caixa dos negócios, inclusive os recebíveis gerados pela venda de produtos imobiliários e de títulos dos clubes em construção.

16.Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

ANEXO IV - INFORMAÇÕES DO ITEM 7 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Conselho de Administração

Nome: Alberto Fernandes **CPF:** 053.207.088-74 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/01/1962

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Mecânica e Produção pela Escola Politécnica da USP, o Sr. Alberto possui experiência na área de serviços financeiros. Por 19 anos, trabalhou na liderança do conglomerado Itaú, no qual foi responsável pelas áreas de Crédito, Comercial, Corporate e Investment Banking. É integrante do Conselho de Administração da Direcional, Gerdau, Copersucar e do Conselho do CIVI-CO (gestora de startups com conotação social), além de ser diretor do Museu de Arte de São Paulo e da Gaju Participações. Experiências adicionais em asset management (Lloyds Asset Management), gestão de seguradora e investimentos (grupo CCF) e administrativa e trading de títulos públicos (Convenção Corretora de Valores). Sr. Alberto se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/04/2023	AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Sustentabilidade, Transações com Partes Relacionadas e Financeiro.	27/04/2023	Não	16/11/2020

Nome: José Auriemo Neto **CPF:** 256.393.178-92 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 30/04/1976

Experiência Profissional: José Auriemo Neto é presidente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. desde dezembro de 2006 e integrante do Conselho de Administração da JHSF Malls S.A. Foi Diretor-Presidente da Companhia desde sua constituição, em 2006, até Abril de 2014. Ingressou nas empresas do Conglomerado em 1993. Em 1998, iniciou a área de Shopping Centers na Companhia, quando da obtenção da concessão para instalação do Shopping Santa Cruz, tornando–se responsável pela sua implantação e gestão. Cursouparcialmente o curso de engenharia na Fundação Armando Álvares Penteado e o curso de Administração de Empresas na FASE. Faz parte do YPO – Young Presidents Organization, desde 30/11/1999, tendo sido seu diretor por dois mandatos nos períodos de 2003/04 e 2004/05. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/04/2023	AGO 2024	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração de controlada, Comitês de Sustentabilidade e Financeiro	27/04/2023	Não	29/06/2006

Nome: Adilson Augusto Martins Junior **CPF:** 289.905.088-51 **Profissão:** Administrador de Empresas
Data de Nascimento: 29/07/1979
Experiência Profissional: O Sr. Augusto Martins Júnior, formado em administração pela PUC-SP, construiu sua carreira dentro do Banco Alfa, onde trabalhou por 23 anos. Sua trajetória foi consolidada em diferentes áreas e liderou a criação de importantes projetos e negócios do Banco, com forte relação com clientes de alta renda, como o Private Wealth Management, o M&A (Mergers & Acquisitions) e, por fim, o Investment Banking. Em setembro de 2022 passou a atuar como CEO da JHSF Capital, unidade de negócios que estruturou de forma independente, através de fundos imobiliários e outros produtos, soluções financeiras e de investimentos baseados em ativos existentes na Companhia. Também teve sob sua responsabilidade o JHSF ID Membership, – programa de relacionamento para clientes, o CJ Fashion, – plataforma digital de conteúdo, tendências e curadoria exclusiva de marcas internacionais e nacionais feita por nossos editores de moda & lifestyle e ainda o nosso Retail, – criado para atuar junto as marcas de luxo interessadas em se instalar no país, oferecendo suporte na implantação das marcas, importaçãode produtos e todo gerenciamento das operações de nossas marcas e lojas. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração			Membro do Conselho de Administração	Diretor Presidente	30/04/2024	Não	30/04/2024

Nome: Osvaldo Roberto Nieto **CPF:** 703.427.418-53 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/12/1950

Experiência Profissional: Osvaldo Roberto Nieto é membro independente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A e membro do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A.Foi professor do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, até 2012. Sócio da BDO RCS, Consultores & Auditores, foi sócio presidente da Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores, Líder da Baker Tilly International para Latin America e membro do seu Conselho deAdministração, foi também Consultor e diretor de planejamento e controle da Accor e gerente da PWC. Foi professor de Finanças do Curso de Pós-Graduação da ESPM e do IBMEC. Sr. Osvaldo se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/04/2023	AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Riscos e Transações com Partes Relacionadas.	27/04/2023	Não	29/04/2016

Nome: PABLO RAMON DI SI **CPF:** 227.887.448-97 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/07/1969

Experiência Profissional: Pablo é o atual Presidente e CEO do Grupo Volkswagen América (Estados Unidos, México e Canadá), bem como as operações da Audi, Bentley, Bugatti, Lamborghini e VW Credit nos Estados Unidos. É também o Presidente do Conselho da Autos Drive America e atua como membro independente do Conselho de Administração da Lindsay (NYSE: LNN) e Copersucar. Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Loyola University de Chicago, é formado na Harvard Business School(AMP 2011), possui MBA em Gestão Internacional pela Thunderbird School of Management (2002) e obteve um diploma em Contabilidade na Northwestern University, além de ter completado o programa de Gestão Eficiente de Conselhos na Universidade de Harvard, o programa Global CEO na Wharton & IESE Business School e foi eleito Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Germano-Argentina.Antes do Grupo Volkswagen em 2014, ocupou posições-chave em desenvolvimento de negócios e finanças no Grupo Fiat Chrysler nos Estados Unidos e no Brasil e na Kimberly Clark, Monsanto e Abbott Laboratories. Sr. Pablo se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	07/11/2023	Até a próxima Assembleia Geral.	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		07/11/2023	Não	07/11/2023

Nome: Richard Rainer **CPF:** 165.017.198-60 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/04/1963

Experiência Profissional: Experiência de 35 anos no mercado financeiro, com foco em mercados de capitais, fusões e aquisições e structured finance, ocupando posições de liderança em bancos internacionais e nacionais. Sócio fundador da Olimpia Partners, assessoria financeira com foco em fusões e aquisições. Foi Diretor-Presidente do Banco Merrill Lynch no Brasil e responsável pela área de banco de investimento, responsável pelas operações de mercado de capitais e fusões e aquisições no país, além de destacadas passagens no Banco Multiplic S.A., Morgan Grenfell & Co e Banco Real em Nova Iorque. Graduado em Administração de Empresas e Economia pela State University of New York at Brockport e MBA pela Fordham University em Nova Iorque. Sr. Richard se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e daregulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, doBanco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/04/2023	AGO 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Transações com Partes Relacionadas eComitê Financeiro	27/04/2023	Não	16/11/2020

Nome: Thiago Alonso de Oliveira **CPF:** 165.902.078-60 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/05/1971

Experiência Profissional: Thiago Alonso de Oliveira é membro do Conselho de Administração, e foi Diretor Presidente da JHSF Participações S.A de 2018 até fevereiro de 2024. É advogado, formado pela PUC - SP, com pós-graduação em Finanças e Negócios pela FGV– Fundação Getúlio Vargas, foi integrante do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e da JHSF Malls S.A., bem como membro do YPO (Young Presidents' Organization). Com mais de 25 anos de experiência, foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores nas empresas Paranapanema, Perenco Participações e Lupatech e Diretor Executivo para a América Latina da General Electric, possuindo, ainda, passagem pelaPricewaterhouseCoopers (PwC). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/04/2023	AGO 2024	Conselho de Administração(Efetivo)		27/04/2023	Não	27/02/2015

Conselho Fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: Ademir José Scarpin **CPF:** 479.407.518-91 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/03/1951

Experiência Profissional: O Sr. Scarpin possui reconhecida experiência em contabilidade societária e é formado em administração de empresas pela EASP - Fundação Getúlio Vargas e em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró. Atuou, entre outros, como diretor financeiro na Engeform Construções e Comércio Ltda., diretor de controladoria da Telecom S.A. e do Grupo Vicunha. Atualmente, o Sr. Scarpin é membro do Conselho Fiscal da Tiisa Infraestrutura e Investimentos S.A.; Investco S.A.; Transnordestina Logística S.A.; e Esporte Clube Pinheiros, bem como é membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Hypera S.A. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGO 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	09/04/2020

Nome: Ariovaldo dos Santos **CPF:** 402.805.438-91 **Profissão:** Professor Universitário **Data de Nascimento:** 12/03/1950

Experiência Profissional: Ariovaldo dos Santos, é membro titular do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. Formado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André; e formado Mestre em Contabilidade (1980) e Doutor em Contabilidade (1993), recebeu o título de Livre-docência em Contabilidade (1999), pela FEA/USP. Desenvolveu carreira acadêmica como professor no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP a partir de 1986 tornando-se professor titular em 2003. Publicou diversos livros sobre assuntos ligados à contabilidade, e recebeu o título Doutor Honoris Causa pela FECAP em 2014. É diretor-presidente, desde Jan/05, do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras – IPECAFI, e foi também diretor-presidente, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2004, e membro nato do Conselho Curador, desde abril de 2009, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Já foi membro independente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A., membro do ConselhoFiscal da Companhia Paranaense de Energia - COPEL (2003-2005), Votorantim Celulose e Papel S.A. (2002-2004), Seara Alimentos S.A (2000), VASP - Viação Aérea São Paulo S/A (1975-1977), DERSA - Desenvolvimento Rodoviária S/A. (1975-1976), CAIC - Cia. Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (1975), e FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (1974-1976). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado paraprática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGO 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	09/04/2020

Nome: Bruno Meirelles Salotti **CPF:** 278.948.878-97 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1977

Experiência Profissional: Bruno Meirelles Salotti, é membro suplente do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. Graduado, Mestre e Doutor em Ciências Contábeis e cursando Ciências Atuárias pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - FEA/USP. Segue também a carreira acadêmica como Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP desde abril de 2006, e Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI. É também membro do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. desde 2018, emembro do Conselho Fiscal da Fundação Bunge desde 2010. Parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional. Foi auditor externo na Arthur AndersenS/C, analista contábil da Dixie Toga S.A e coordenador de graduação do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Coautor do livro Contabilidade Financeira, organizador e coautor de capítulos do livro IFRS no Brasil e também de capítulos do livro Manual de Normas Internacionais de Contabilidade. Colaborou em redações e revisões decapítulos do Manual de Contabilidade Societária, bem como do livro Informação Contábil. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGO 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	09/04/2020

Nome: Hector José Alfonso **CPF:** 529.971.208-10 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 19/06/1942

Experiência Profissional: Hector José Afonso é membro titular do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A., cargo que já havia ocupado no passado na JHSF Participações S.A. Graduado em Contabilidade de Administração de Empresas na Universidade de Buenos Aires em 1970, possuindo revalidação do diploma argentino pela Universidade de São Paulo – USP em 1981, e também contador público autorizado pela Universidade Católica de Quito, no Equador em 1982. Possui experiência na PWC, onde realizou trabalhos em Buenos Aires, Assunção, São Paulo e Londres. Encarregado das funções de Risco e Qualidade e Administração do Conhecimento na firma equatoriana e membro do Instituto de Investigações Contábeis do Equador até 1986. Foi transferido a Los Angeles, Califórnia para liderar as operações com a comunidade latina de negócios. Após, foi transferido a São Paulo como líder de Risco e Qualidade de Auditoria. Membro do IBRACON desde 1990, e líder da prática de Assurance (auditoria e serviços afins) da firma brasileira. Foi membro da Comissãode Políticas da firma da América do Sul de 1999 a 2002. Líder da área de Relações com os Sócios e Capital Humano das operações da América do Sul, e aposentado em 2002. Iniciou carreira no Banco Mundial, onde participou como consultor em projetos de convergência de normas contábeis e de auditoria em diversos países. Em 2013 e 2014 liderou os grupos de revisão e desenvolvimento de normas de vigilância e controle de qualidade profissional em Polônia e Letônia. Traduziu as normas de educação profissional da Federação Internacional de Contadores para o espanhol. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGO 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	09/04/2020

Nome: JOÃO ODAIR BRUNOZI **CPF:** 511.947.168-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/02/1953

Experiência Profissional: João Odair Brunozi é membro suplente do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. Graduado em Contabilidade, com especialização em Direito Tributário, Pós-Graduação em Gerência Financeira e MBA em Finanças pelo IBMEC-SP. Iniciou sua carreira na Price Waterhouse Auditores Independentes como trainee, atuando como auditor por sete anos. Possui sólida experiência nas áreas de Controladoria e Finanças, atuando como Controller e CFO por mais de trinta anos em indústrias de manufatura de grande porte. Na São Paulo Alpargatas foi Gerente de Planejamento Financeiro e da área de Balanços de Análises Financeiras por dois anos. Ingressou no Grupo Villares em 1985, onde trabalhou por vinte anos, como Gerente de Planejamento Tributário e Controller de diversas empresas do grupo e da holding, e acumulou por cinco anos a gerência de Relações com Investidores.Foi Diretor de diversas subsidiárias e Officer (Treasurer) de subsidiária nos Estados Unidos. Neste período participou de mais de uma dezena de operações de M&A. No Grupo Gerdau, onde ingressou no início de 2006 com a compra por este da Aços Villares, trabalhou até janeiro de 2017 nas posições de CFO da Aços Villares e nos últimos sete anos como Controller (CFO) da Gerdau Diaco (Colômbia). Foi CFO da Cecil S.A. Laminação de Metais de abril de 2017 a julho de 2019, e atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Concessionária Aeroporto do Rio de Janeiro S.A. (Aeroporto Tom Jobim) desde dezembro de 2017 e membro suplente do Conselho Fiscal da Linx S.A. desde abril de 2018. Declaraque: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência deSeguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGO 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	09/04/2020

Nome: LUIZ NOVAES CABRAL **CPF:** 051.374.598-01 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 05/10/1960

Experiência Profissional: Luiz Novaes Cabrail é candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A.. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e CiênciasContábeis Tibiriça, possui mais de 45 anos em trabalhos de auditoria contábil, revisão de procedimentos e controles internos, desenho e redesenho de processoe e implementação de melhores práticas. Atualmente, possui uma empresa com 20 colaboradores atuando como responsável e coordenador de projetos relacionados com due diligence, revisão contábil, revisão de procedimentos e controles internos, revisão tributária, auditoria através de procedimentos previamente acordados, tendo como alguns dos principais clientes: Pfizer, Tishman, Wyeth, Danone, Delphi, Monsanto, Move São Paulo, MWM, Avon. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data daEleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
ConselhoFiscal	27/04/2023	AGOE 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		27/04/2023	Não	27/04/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome: Alberto Fernandes **CPF:** 053.207.088-74 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/01/1962

Experiência Profissional: Experiência na área de serviços financeiros, é integrante do Conselho de Administração da Direcional, da Gerdau, da Copersucar e do Conselho do CIVI-CO (gestora de startups com conotação social) e diretor do Museu de Arte de São Paulo e da Gaju Participações. Por 19 anos, trabalhou na liderança do conglomerado Itaú, no qual foi responsável pelas áreas de Crédito, Comercial, Corporate e Investment Banking. Experiências adicionais em asset management (Lloyds Asset Management), gestão de seguradora e investimentos (grupo CCF) e administrativa e trading de títulos públicos (Convenção Corretora de Valores). Graduado em Engenharia Mecânica e Produçãopela Escola Politécnica da USP. Sr. Alberto se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano			15/05/2023	Não	26/11/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano	Comitê de Transações com Partes Relacionadas		15/05/2023	Não	26/11/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano	Comitê de Sustentabilidade (ESG + Pessoas)		15/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: José Auriemo Neto **CPF:** 256.393.178-92 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 30/04/1976

Experiência Profissional: José Auriemo Neto é presidente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A. desde S dezembro de 2006 e integrante do Conselho de Administração da JHSF Malls S.A. Foi Diretor-Presidente da Companhia desde sua constituição, em 2006, até Abril de 2014. Ingressou nas empresas do Conglomerado em 1993. Em 1998 iniciou a área de Shopping Centers na Companhia, quando da obtenção da concessão para instalação do Shopping Santa Cruz, tornando–se responsável pela suaimplantação e gestão. Cursou parcialmente o curso de engenharia na Fundação Armando Álvares Penteado e o curso de Administração de Empresas na FASE. Faz parte do YPO – Young Presidents Organization, desde 30/11/1999, tendo sido seu diretor por dois mandatos nos períodos de 2003/04 e 2004/05. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Comitês:

Tipo comitê comitês	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês Sustentabilidade (ESG + Pessoas)		Outros	15/05/2023	1 ano	Comitê de	Coordenador	15/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: Osvaldo Roberto Nieto **CPF:** 703.427.418-53 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 27/12/1950

Experiência Profissional: Osvaldo Roberto Nieto é membro independente do Conselho de Administração da JHSF Participações S.A e membro do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A. Foi professor do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, até 30 de junho de 2012. Sócio da BDO RCS, Consultores & Auditores, foi sócio presidente da Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores, Líder da Baker Tilly International para Latin America e membro do seu Conselho de Administração, foi também Consultor e diretor de planejamento e controle da Accor e gerente da PWC. Foi professor de Finanças do Curso de Pós-Graduação da ESPM e do IBMEC. Sr. Osvaldo se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenaçãotransitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê deAuditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVMnº 23/21	Membro do Comitê(Efetivo)	14/05/2020	14/05/2025			14/05/2020	Não	28/05/2015
Comitê de Risco		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano			15/05/2023	Não	26/11/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano	Comitê de Transações com Partes Relacionadas		15/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: Richard Rainer **CPF:** 165.017.198-60 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 03/04/1963

Experiência Profissional: Experiência de 35 anos no mercado financeiro, com foco em mercados de capitais, fusões e aquisições e structured finance, ocupando posições de liderança em bancosinternacionais e nacionais. Sócio fundador da Olimpia Partners, assessoria financeira com foco em fusões e aquisições. Foi Diretor-Presidente do Banco Merrill Lynch noBrasil e responsável pela área de banco de investimento, responsável pelas operações de mercado de capitais e fusões e aquisições no país, além de destacadas passagens no Banco Multiplic S.A., Morgan Grenfell & Co e Banco Real em Nova Iorque. Graduado em Administração de Empresas e Economia pela State University ofNew York at Brockport e MBA pela Fordham University em Nova Iorque. Sr. Richard se declara como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da regulamentação aplicável da CVM. Declara, ainda, que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano			15/05/2023	Não	26/11/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê(Efetivo)	15/05/2023	1 ano	Transações com Partes Relacionadas		15/05/2023	Não	26/11/2020

Nome: Thiago Alonso de Oliveira **CPF:** 165.902.078-60 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/05/1971

Experiência Profissional: Thiago Alonso de Oliveira é membro do Conselho de Administração, e foi Diretor Presidente da JHSF Participações S.A de 2018 até fevereiro de 2024. É advogado, formado pela PUC - SP, com pós-graduação em Finanças e Negócios pela FGV– Fundação Getúlio Vargas, foi integrante do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e da JHSF Malls S.A., bem como membro do YPO (Young Presidents' Organization). Com mais de 25 anos de experiência, foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores nas empresas Paranapanema, Perenco Participações e Lupatech e Diretor Executivo para a América Latina da General Electric, possuindo, ainda, passagem pela PricewaterhouseCoopers (PwC). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenaçãocriminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê comitês	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco (Efetivo)		Membro do Comitê	15/05/2023	1 ano			15/05/2023	Não	26/11/2020

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si,com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Outras informações estão disponíveis no item 11.2 deste Formulário de Referência.

ANEXO V - INFORMAÇÕES DO ITEM 8 FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento da Companhia ("Política de Remuneração") possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar,reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurara manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidadesde cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

A Política de Remuneração foi aprovada em 31 de julho de 2019, tendo sido revisada em 16 de novembro de 2020, e pode ser consultada em seu website http://ri.jhsf.com.br e, em seguida, selecionar "Governança Corporativa", em seguida "Estatuto, Regimentos e Políticas" e depois selecionar a "Política de Remuneração").

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros doConselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários e os membros do Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa atrair e reteros melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinha diretamente os interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração fará uma revisão e análise regular do pacote remuneratório paraassegurar que este respeita os princípios de remuneração, em termos de estrutura e valor, estabelecidos pela Política de Remuneração, sendo possíveis alterações entre os exercícios.

Os honorários fixos pagos pela Companhia aos seus Diretores Estatutários serão definidos de acordo com a negociação individual tida com cada um dos Diretores Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas de remuneração do mercado com empresas comparáveis

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração participa do processo decisório regular do pacote remuneratóriopara assegurar que este respeita os princípios de remuneração, em termos de estrutura e valor,estabelecidos na política de Política de Remuneração, sendo possíveis alterações entre os exercícios.

Além disso, a Assembleia Geral poderá ajustar qualquer remuneração variável dos diretores estatutários, se a referida remuneração tiver sido concedida com base em informações incorretas relativas aos objetivos ou

circunstâncias que justificaram a remuneração. Qualquer remuneração variável concedida aos diretores estatutários poderá ser ajustada em parte ou nasua totalidade pela Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado.

Além disso, conforme mencionado acima, os honorários fixos pagos dos Diretores Estatutários serão definidos de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Estatutários,orientada, dentre outros fatores, por pesquisas de remuneração do mercado com empresas comparáveis.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia aadequação da política de remuneração do emissor

A remuneração paga pela Companhia aos seus administradores é comparada e avaliada 1 (uma)vez ao ano pelo Conselho de Administração, levando em consideração as praticadas pelo mercado, por meio de pesquisas realizadas internamente ou por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo,em relação a cada um deles:

O Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, quando instalado, e o Comitê de Auditoria da Companhia recebem apenas remuneração fixa, com exceção do presidente do conselho que poderá receber remuneração variável, de acordo com o montante global máximo aprovado emAssembleia Geral Ordinária. Os membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês da Companhia podem ser beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme programas específicos a serem aprovados pela Companhia.

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em:

<u>Honorários Fixos:</u> Os honorários fixos dos Diretores Estatutários são definidos de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Estatutários, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas de remuneração do mercado com empresas comparáveis, incluindo-se honorárioadicional em dezembro de cada ano.

<u>Remuneração Variável:</u> A remuneração variável é o mecanismo de recompensa em relação ao atingimento ou superação dos objetivos definidos pela administração da Companhia,observados os seguintes critérios:

A remuneração variável da Diretoria Estatutária se baseia no atingimento de metas de desempenho da Companhia e no desempenho individual. Os indicadores utilizados pela Companhia para aferir o desempenho, no que diz respeito às parcelas variáveis da remuneração,se baseiam em: Meta Alvo Fluxo de Caixa Operacional. Referente à performance individual dos Diretores Estatutários, os indicadores utilizados se baseiam em: (a) plano de metas compartilhadas, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração

para o exercício e de longo prazo, quando houver; e (b) avaliação comportamental de competências e aderência aosprincípios e valores da Companhia, realizada pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável é paga a partir de índices mínimos de atingimento destes parâmetros definidos tempestivamente pela Área de Gente e Gestão da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração.

O plano de metas é baseado nas metas projetadas pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração da Companhia em linha com o seu plano estratégico para cada exercício social. Este plano de metas é definido preferencialmente até o mês de novembro do exercício social anterior.

Os critérios usados para estabelecer a estrutura e o valor da remuneração estão pré-definidos sob a avaliação dos principais indicadores quantitativos e qualitativos utilizados pela Companhiapara aferir o desempenho e atingimentos de metas de desempenho financeiro e não financeiro estabelecidas pelo Conselho de Administração para a Companhia. Importante ressaltar que as metas anuais de desempenho individual não serão divulgadas ao mercado uma vez que contêm informações consideradas sensíveis em relação à concorrência.

As avaliações por competências são realizadas, preferencialmente, no 1 ° trimestre referente aodesempenho do exercício anterior, sendo que o Diretor Presidente é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e os demais membros da Diretoria Estatutária ou não são avaliados pelo Diretor Presidente, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração e tais avaliações são consideradas para a aprovação da proposta de reeleição.

Os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis a um pacote de benefícios diretos e indiretos compostos de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, descanso anual remunerado limitado a 30 (trinta) dias e refeição no local.

Os Diretores Estatutários poderão ter direito à participação no plano de opção de compra de ações da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração dividida em:

Honorários Fixos: Os membros do Conselho de Administração receberão honorários fixos, de acordo com o montante global máximo aprovado em Assembleia Geral Ordinária e poderão, conforme o caso, receber benefícios de assistência médica, odontológica e seguro de vida. Não há remuneração baseada em participação em reuniões. Conselheiros de Administração devem ser adequadamente remunerados, considerando-se o mercado, as qualificações, o seu nível decontribuição, o valor agregado à organização e os riscos da atividade.

Remuneração variável: Os membros do Conselho de Administração não serão elegíveis à remuneração variável, com exceção do presidente do conselho que poderá receber remuneração variável, e podendo ter direito à participação no plano de opção de compra de ações da Companhia, que poderá ser pago em forma de PLR.

Os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) têm sua remuneração dividida em:

Honorários Fixos: Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão honorários fixos mensais pagos no último dia útil de cada mês.

Remuneração variável: Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, não serão elegíveis àremuneração variável, tampouco benefícios diretos ou indiretos.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário têm sua remuneração dividida em:

Honorários Fixos: Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário receberão honorários fixos mensais pagos no último dia útil do mês.

Remuneração variável: Os membros do Comitê de Auditoria não serão elegíveis à remuneraçãovariável, tampouco benefícios diretos ou indiretos.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo doemissor**

O alinhamento de interesses entre a Companhia e seus administradores se dá, fundamentalmente, pela estrutura de remunerações variável e baseada em ações, que são pautadas principalmente no atingimento de resultados financeiros planejados e metas individuais, que são traçadas visando à maior eficiência e competitividade da Companhia.

A remuneração variável anual dos Diretores leva em consideração o resultado atingido no âmbito do plano de metas para o referido exercício e as avaliações individuais, conforme informando acima

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

31/12/2023	**% em relação a remuneração total do valor pago a título de**				
	Remuneração Base	**Remuneração Variável**	**Remuneração baseada em ações**	**Benefícios**	**Total**
Conselho de Administração	44,14%	55,16%	0,00%	0,71%	**100,00%**
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**
Diretoria Estatutária	38,17%	60,33%	0,00%	1,50%	**100,00%**
Diretoria não estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**0,00%**
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**

31/12/2022	**% em relação a remuneração total do valor pago a título de**				
	Remuneração Base	**Remuneração Variável**	**Remuneração baseada em ações**	**Benefícios**	**Total**
Conselho de Administração	98,04%	0,00%	0,00%	1,96%	**100,00%**
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**
Diretoria Estatutária	32,81%	65,84%	0,00%	1,35%	**100,00%**
Diretoria não Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**0,00%**
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**

31/12/2021	% em relação a remuneração total do valor pago a título de				
	Remuneração Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios	Total
Conselho de Administração	98,20%	0,00%	0,00%	1,80%	**100,00%**
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**
Diretoria Estatutária	35,08%	63,55%	0,00%	1,37%	**100,00%**
Diretoria não Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**0,00%**
Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscose de Finanças	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100,00%**

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como aremuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avalições apresentadas pelo próprio Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos.

A remuneração variável para Diretoria Estatutária, em dinheiro, é calculada com base no total comp previsto na remuneração anual.

Não há metodologia específica de cálculo para o Comitê de Auditoria da Companhia, além do montante global estabelecido em Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o orçamento.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e do Comitê de Auditoria é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, não havendo vínculo com indicadores de desempenho.

A remuneração variável da Diretoria se baseia no atingimento de metas de desempenho da Companhia (Meta Alvo - Fluxo de Caixa Operacional) e no desempenho individual. A remuneração variável é paga a partir de índices mínimos de atingimento destes parâmetros.

Os indicadores utilizados pela Companhia para aferir o desempenho, no que diz respeito às parcelas variáveis da remuneração, se baseiam em: Meta Alvo - Fluxo de Caixa Operacional. Referente à performance individual dos Diretores, os indicadores utilizados se baseiam em: (a) plano de metas compartilhadas, definidas e aprovadas para o exercício, que obrigatoriamente inclui uma meta especifica de ASG, que representa 15% do quadro de objetivos individuais; e (b)avaliação comportamental de competências e aderência aos princípios e

valores da Companhia,realizada pelo Conselho de Administração.

A estrutura da remuneração variável está baseada nas metas projetadas em linha com o plano estratégico da Companhia. A avaliação de desempenho é anual, sendo realizada, preferencialmente, no 1 ° trimestre referente ao desempenho do exercício anterior

ii. razões que justificam a composição da remuneração.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (quando instalado) e Comitê de Auditoria da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão, atrair e reter os melhores profissionaisdo segmento que a Companhia atua e incentivar a superação dos objetivos estabelecidos pelo planejamento, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

A remuneração variável e a baseada em ações visam alinhar os interesses dos Administradorese os dos acionistas no atingimento de resultados

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (quando instalado), Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria não remunerados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

iv. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

v. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

8.2 Remuneração total por órgão

8.2 Remuneração total do Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,67	6,17	3,00	**15,83**
Nº de membros remunerados	6,00	6,17	3,00	**15,17**
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.776.524,99	8.844.495,66	342.677,39	**13.963.698,04**
Benefícios direto e indireto	162.397,91	439.385,03	-	**601.782,94**
Participações em comitês	-	-	-	**-**
Outros	1.769.745,01	3.321.555,18	116.322,61	**5.207.622,79**
Descrição de outras remunerações fixas	Retenção INSS+IRRF	Retenção INSS+IRRF	Retenção INSS+IRRF	
Remuneração variável				
Bônus	3.379.805,00	12.197.469,77	-	**15.577.274,77**
Participação de resultados	-	-	-	**-**
Participação em reuniões	-	-	-	**-**
Comissões	-	-	-	**-**
Outros	1.281.995,00	4.626.626,46	-	**5.908.621,46**
Descrição de outras remunerações variáveis	Retenção IRRF	Retenção IRRF	-	
Pós-emprego	-	-	-	**-**
Cessação do cargo	-	-	-	**-**
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	**-**
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O item 8.2 não considera a remuneração prevista de R$408.000,00 para o Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE").	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	**11.370.467,91**	**29.429.532,09**	**459.000,00**	**41.259.000,00**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,67	5,00	3,00	**14,67**
Nº de membros remunerados	6,67	5,00	3,00	**14,67**
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.508.831,40	5.053.703,53	342.892,80	**9.905.427,73**
Benefícios direto e indireto	99.220,59	273.954,64	-	**373.175,22**
Participações em comitês	-	-	-	**-**
Outros	1.671.035,27	1.926.046,47	116.107,20	**3.713.188,94**
Descrição de outras remunerações fixas	Retenção INSS+IRRF	Retenção INSS+IRRF	Retenção INSS+IRRF	
Remuneração variável				
Bônus	2.794.688,60	2.317.860,80	-	**5.112.549,40**
Participação de resultados	2.807.565,55	5.694.877,46	-	**8.502.443,01**
Participação em reuniões	-	-	-	**-**
Comissões	-	-	-	**-**
Outros	2.120.708,47	3.017.892,07	-	**5.138.600,54**
Descrição de outras remunerações variáveis	Retenção IRRF	Retenção IRRF	-	
Pós-emprego	-	-	-	**-**
Cessação do cargo	-	-	-	**-**
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	**-**
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O item 8.2 não considera a remuneração realizada de R$408.000,00 para o Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE").	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	**14.002.049,88**	**18.284.334,97**	**459.000,00**	**32.745.384,84**

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.450.723,30	4.126.721,34	343.724,66	7.921.169,30
Benefícios direto e indireto	94.236,86	233.187,11	0,00	327.423,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.258.538,70	1.534.598,66	115.275,34	2.908.412,70
Descrição de outras remunerações fixas	Retenção INSS+IRRF	Retençao INSS+IRRF	Outros: Retençao INSS+IRRF	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.172.788,42	0,00	8.172.788,42
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.186.128,81	0,00	3.186.128,81
Descrição de outras remunerações variáveis	Retenção IRRF	Retençao IRRF		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/2023, o número de membros do Conselhode Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordocom a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O item 13.2 não considera a remuneração prevista de R$399.200,00 para o Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”).	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/2 023, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/2 023, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.803.498,86	17.253.424,34	459.000,00	22.515.923,20

8.3 Remuneração Variável

Previsão: 31/12/2024

Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	6,17	3,00	**15,83**
N° de membros remunerados	1,00	7,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento			N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.661.800,00	16.824.096,23	0,00	21.85.896,23
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,67	5,00	3,00	**14,67**
N° de membros remunerados	1,00	5,00	0,00	**6,00**
Esclarecimento			O Conselho Fiscal não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	3.854.667,42	3.196.672,00	-	**7.051.339,42**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.868.295,20	14.235.854,56	-	**18.104.149,76**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	3.868.295,20	7.833.958,33	-	**11.702.253,53**

Exercício Social: 31/12/2022

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

N° total de membros	8,00	5,00	3,00	**16,00**
N° de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	**5,00**
Esclarecimento	O Conselho de Administração não possui remuneração variável.		O Conselho Fiscal não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	11.823.622,36	0,00	**11.823.622,36**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	11.358.917,23	0,00	**11.358.917,23**

Exercício Social: 31/12/2021

Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	9,00	5,00	3,00	**17,00**
N° de membros remunerados	0,00	4,92	0,00	**4,92**
Esclarecimento	O Conselho de Administração não possui remuneração variável.		O Conselho Fiscal não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10.950.475,77	0,00	**10.950.475,77**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	9.410.145,65	0,00	**9.410.145,65**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração eda diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações, quais sejam: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 ("Plano"); e (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações – ARR da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015 ("Plano ARR").

Plano

O Plano estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº6.404/76 ("Beneficiários").

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que delegou, nos termos do Estatuto Social e do Plano, ao Diretor Presidente da Companhia poderes para realizar todos os atos relativos à aplicação do Plano, salvo pelas opções outorgadas a ele, que serão determinadas e aplicadas diretamente pelo Conselho de Administração. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração da Companhia todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (i) a criação e a aplicaçãode normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidasde interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento das condições gerais das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar asopções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (iii) a outorga das opções de compra de ações em favor do Diretor Presidente da Companhia; e (iv) a emissão de novasações da Companhia e a fixação do preço de exercício das opções de compra de tais ações,dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Compete, de forma concorrente com o Conselho de Administração, ao Diretor Presidente da Companhia a administração do Plano, podendo exercer todos os atos que não sejam proibidos pelo Plano, pelo estatuto social da Companhia ou por lei, bem como a aplicação das diretrizes gerais traçadas pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos dos itens (i) e (ii) acima para a aplicação do Plano.

Plano ARR

O Plano ARR estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores ou empregados da Companhia indicados como beneficiários por nomeação do Conselho de Administração ("Beneficiários ARR").

O Plano ARR é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual tem amplos poderes, respeitados os termos do Plano ARR, para a administração do Plano ARR. Não obstante, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, excetuados os ajustamentos permitidos pelo Plano ARR: (i) aumentar o limite total de diluição, conforme o previsto nos itens (f) e (g) abaixo; e/ou (ii) alterar ou prejudicar direitos ou obrigações de Beneficiário ARR, sem seu prévio consentimento, relativos às outorgas de opções para compra de ações no âmbito do Plano ARR.

O Conselho de Administração pode, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano ARR; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto no item 3.2.1 do Plano ARR; (iii) alterar condições específicas das outorgas previstas nos Contratos,tais como regras de saída ou antecipação de prazos de carência para o exercício das opções.

b. data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações, quais sejam: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de março de 2007 e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 ("Plano"); e (ii) o Plano de Opção de Compra de Ações – ARR da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de setembro de 2015 ("Plano ARR").

número máximo de ações abrangidas

Plano
Ações que não excedam 5% das ações do capital social da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano estejasempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano ARR
Ações representativas de, no máximo, 2,666667% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano ARR ("Volume Global ARR"), observado que o Volume Global ARR poderá ser ajustado, conforme o item (j) abaixo.

c. número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, poderão ser outorgadas opções para aquisição de ações que não excedam, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, 5% (cinco por cento) das ações docapital da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serememitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

No âmbito do Plano ARR, poderão ser outorgadas opções para aquisição de ações representativas de, no máximo, 2,666667% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano ARR. O Volume Global poderá ser ajustado, conforme o item (m) abaixo.Para os fins do Plano ARR, uma vez exercida a opção pelo Beneficiário ARR, as ações correspondentes serão emitidas através de aumento de capital da Companhia. A Companhiatambém poderá, a seu critério, entregar ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

d. condições de aquisição de ações

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração, em relaçãoao Diretor Presidente, ou pelo Diretor Presidente, em relação aos demais Beneficiários, e ostermos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

As opções serão exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários ARR de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano ARR, no Programa e no Contrato. Após os períodos fixadospara o exercício das opções, sem que as mesmas sejam exercidas, o Beneficiário ARR perderá sua opção sem qualquer direito a indenização pela Companhia.

e. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No âmbito do Plano, o preço de exercício das opções outorgadas antes da realização da primeira distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia será baseado no valor de lançamento das ações da Companhia, quando da realização de tal distribuição pública de ações ordinárias, corrigido monetariamente de acordo com o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração, até a data do efetivo exercício da opção, e sujeito a eventuais reduções determinadas pelo Conselho de Administração, contanto que o preço mínimo seja igual ou superior a pelo menos um dos seguintes critérios: (i) 85% (oitenta e cinco por cento) do referido preço base;ou (ii) valor patrimonial por ação da Companhia com base no último balanço aprovado da Companhia.

O preço de exercício do Plano será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

O preço de emissão ou preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo “subscrição” e “compra" referidas,em conjunto, como “aquisição" para os efeitos do Plano ARR), das ações a serem adquiridaspelos Beneficiários ARR em decorrência do exercício das opções (“Preço de Exercício”), relativamente às opções outorgadas após a realização da primeira distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, será determinado peloConselho de Administração ao tempo do lançamento do Programa aplicável, e será equivalente ao valor médio da cotação diária das referidas ações negociadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão, nos últimos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção.

O Preço de Exercício poderá, em qualquer caso, ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração e acrescido de juros, a uma taxa também determinada a critério do Conselho de Administração.

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários ARR na forma determinada pelo Conselho de Administração, conforme o caso, para cada Programa, respeitada a realização mínima prevista por lei para a subscrição de ações.

O Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário ARR destine uma parcela da gratificação anual paga pela Companhia ao Beneficiários ARR, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”)para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

f. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções serão exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários ARR de acordo com os lotes e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contrato, desde que cumpridas às condições estabelecidas no Plano ARR, no Programa e no Contrato. Após os períodos fixadospara o exercício das opções, sem que as mesmas sejam exercidas, o Beneficiário ARR perderá sua opção sem qualquer direito a indenização pela Companhia.

g. forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários ARR na forma determinada pelo Conselho de Administração, conforme o caso, para cada Programa, respeitada a realização mínima prevista por lei para

a subscrição de ações.

O Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário ARR destine uma parcela da gratificação anual paga pela Companhia ao Beneficiários ARR, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e PLR para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

h. restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente da Companhia (conforme o caso), poderão impor aos Beneficiários termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término doprazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

O Conselho de Administração poderá estabelecer aos Beneficiários ARR, em cada Programa,um período mínimo de indisponibilidade para a locação, venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das ações da Companhia adquiridas em virtude do exercício de opções no âmbito do Plano ARR, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição que não envolva o desembolso de recursos próprios do Beneficiário ARR, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das açõesobjeto do Plano ARR, o qual nunca será superior a 5 (cinco) anos, a contar da data de aquisição.

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, a alienação das ações,de qualquer forma, enquanto não decorrido o período referido no parágrafo acima, acarretará para o Beneficiário ARR a perda, sem direito a indenização, do direito de exercertodas as opções a que teria direito no âmbito do mesmo Programa e Contrato.

O Beneficiário ARR se obriga, ainda, a não onerar as ações, se sujeitas a período deindisponibilidade, e a não instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir aexecução do disposto no Plano ARR.

i. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venhama ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano, devendo o Diretor Presidente realizar os devidos ajustes em cada caso particular dos Beneficiários.

Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorgas de opções não exercidasno âmbito dos Programas e Contratos.

Os ajustamentos segundo as condições do parágrafo acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na

qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas em vigência, o Conselho de Administração deliberará acerca do tratamento a ser dado às opções, respeitados os direitos adquiridos dos Beneficiários ARR em razão dos Programas e Contratos já celebrados.

efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Renúncia ou Desligamento Voluntário

Plano – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, em caso de o Beneficiário desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, rescindindo o seu contrato de prestação de serviços, ou renunciando ao seu cargo de administrador perderá, sem indenização, 50% (cinquenta por cento) das opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Plano ARR – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário ARR com a Companhia em razão de renúncia ou desligamento voluntário do Beneficiário ARR, este perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda não tenham decorrido em sua integralidade, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Término do Mandato ou Demissão Sem Justa Causa

Plano – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, nas hipóteses de demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o administrador nãoperderá as opções não exercíveis e também não perderá as opções já exercíveis, nos termosdo respectivo Programa e/ou Contrato.

Plano ARR – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário ARR com a Companhia em razão de término do mandatode administrador sem reeleição ou demissão sem justa causa por iniciativa da Companhia, o Beneficiário ARR perderá, sem indenização, as opções cujos prazos de carência ainda nãotenham decorrido e terá direito ao exercício das opções cujo prazo de carência já tenha decorrido, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Destituição por Violação dos Deveres ou Demissão por Justa Causa

Plano – No caso de desligamento do Beneficiário, mediante demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, estará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Plano ARR – Na destituição do mandato por violação dos deveres e atribuições de administrador ou de demissão do Beneficiário ARR por razão que configuraria justa causa, nos moldes da legislação civil ou trabalhista, conforme o caso, acarretará perda, sem indenização, do direito ao exercício das opções ainda não exercidas, independentemente de ter decorrido o prazo de carência, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Desligamento por Aposentadoria

Plano – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, no caso de desligamento do Beneficiário por aposentadoria ou invalidez permanente, o Outorgado terádireito ao exercício da totalidade

das opções de acordo com os períodos de carência previstos, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Plano ARR – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término da relação do Beneficiário ARR com a Companhia em razão de aposentadoria por tempo de serviço, o Beneficiário ARR terá direito ao exercício das opções de acordo com osperíodos de carência previstos no respectivo Programa e/ou Contrato.

Falecimento e Invalidez Permanente

Plano – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, o direito a e decorrente de todas as opções será assegurado ao Beneficiário ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso. As opções poderão ter seus prazos de carência antecipados, tornando-se eficaz a outorga para exercício imediato. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores poderãoexercer as opções pelo maior prazo entre 1 (um) ano a contar da data do óbito e 90 (noventa) dias a contar da data do término do inventario, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato.

Plano ARR – Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, se o BeneficiárioARR falecer ou tornar- se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia enquanto administrador ou empregado, o direito a e decorrente de todas as opções será assegurado ao Beneficiário ARR ou aos seus herdeiros e sucessores, conforme o caso. As opções poderão ter seus prazos de carência antecipados, tornando-se eficaz a outorga para exercício imediato. Em caso de falecimento, os herdeiros e sucessores poderãoexercer as opções pelo maior prazo entre 1 (um) ano a contar da data do óbito e 90 (noventa) dias a contar da data do término do inventario, nos termos do respectivo Programa e/ou Contrato. Neste caso, estarão livres e desembaraçadas para transferência, venda ou alienação, a qualquer momento, as Ações que vierem a ser adquiridas pelo Beneficiário ARR, por seus herdeiros ou sucessores.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Previsão: 31/12/2024

Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	6,67	6,17	3,00	**15,83**
N° de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	**5,00**
	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto **Esclarecimento**	O Conselho de Administração não possui remuneração Baseada em Ações.		O Conselho Fiscal não possui remuneração Baseada em Ações.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	6,43	0,00	**6,43**
Perdidas e expiradas durante o exercício social Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	6,67	5,00	3,00	**14,67**
	0,00	5,00	0,00	**5,00**

N° de membros remunerados	0,000000	0,39	0,000000	**0,39**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto **Esclarecimento**	O Conselho de Administração não possui remuneração Baseada em Ações.		O Conselho Fiscal não possui remuneração Baseada em Ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	7,08	0,00	**7,08**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	7,00	0,00	**7,00**

Exercício Social: 31/12/2022

Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	8,00	5,00	3,00	**16,00**
N° de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	**5,00**
	0,000000	0,380000	0,000000	**0,38**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto **Esclarecimento**	O Conselho de Administração não possui remuneração Baseada em Ações.		O Conselho Fiscal não possui remuneração Baseada em Ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	5,85	0,00	**5,85**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	4,61	0,00	**4,61**

Exercício Social: 31/12/2021

Conselho de Administração		**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
N° total de membros	9,00	5,00	3,00	**17,00**
N° de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	**7,00**
	0,000000	0,320000	0,000000	**0,32**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto **Esclarecimento**			O Conselho Fiscal não possui remuneração Baseada em Ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	4,60	0,00	**4,60**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	3,96	0,00	**3,96**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração eda diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram contabilizados apenas como membros da Diretoria Estatutária.

Outorga de opção de compra de ações prevista para o exercício social corrente (2024)

Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	**6,17**
Nº de membros remunerados	**5,00**
Outorga de opções de compras de ações	**24ª Outorga**
Data de outorga	
Quantidade de opções outorgadas	1.946.918
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 02/01/2025 até 03/01/2028
Prazo máximo para exercício das opções	02/01/2030
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A

Conselho de Administração	
Nº total de membros	**6,67**
Nº de membros remunerados	**0**
Outorga de opções de compras de ações	**24ª Outorga**
Data de outorga	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A

Outorga de opção de compra de ações no exercício social encerrado em 31/12/2023

Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	**5,00**
Nº de membros remunerados	**4,00**
Outorga de opções de compras de ações	**23ª Outorga**
Data de outorga	23/10/2023
Quantidade de opções outorgadas	938.708
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 02/01/2024 até 04/01/2027
Prazo máximo para exercício das opções	02/01/2029
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	R$ 0,61
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R$ 572.611,88

Conselho de Administração	
Nº total de membros	**6,67**
Nº de membros remunerados	**0**
Outorga de opções de compras de ações	**23ª Outorga**
Data de outorga	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A

Outorga de opção de compra de ações no exercício social encerrado em 31/12/2022

Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	**5**	
Nº de membros remunerados	**5**	
Outorga de opções de compras de ações	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**
Data de outorga	11/05/2022	15/09/2022
Quantidade de opções outorgadas	831.368	783.572
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 02/01/2023 até 02/01/2026	a partir de 02/01/2023 até 02/01/2026
Prazo máximo para exercício das opções	02/01/2028	02/01/2028
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	R$ 1,15	R$ 1,20
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R$ 953.994,78	R$ 941.775,19

Conselho de Administração		
Nº total de membros	**8**	
Nº de membros remunerados	**0**	
Outorga de opções de compras de ações	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Outorga de opção de compra de ações no exercício social encerrado em 31/12/2021

Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	**5**
Nº de membros remunerados	**5**
Outorga de opções de compras de ações	**19ª Outorga**
Data de outorga	24/09/2021
Quantidade de opções outorgadas	526.968
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	a partir de 03/01/2022 até 02/01/2025
Prazo máximo para exercício das opções	02/01/2027
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	R$ 0,55
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R$ 291.044,43

Conselho de Administração	
Nº total de membros	**9**
Nº de membros remunerados	**0**
Outorga de opções de compras de ações	**19ª Outorga**
Data de outorga	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutáriaao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram contabilizados apenas como membros da Diretoria Estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023

Diretoria Estatutária						
Nº total de membros						
Nº de membros remunerados						
Opções ainda não exercíveis	**17ª Outorga**	**18ª Outorga**	**19ª Outorga**	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**	**23ª Outorga**
Quantidade	N/A	124.511	263.484	623.526	587.679	938.708
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	03/01/2024	03/01/2024	03/01/2024	03/01/2024	03/01/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	13/08/2028	02/01/2027	02/01/2028	02/01/2028	02/01/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Preço médio ponderado de exercício	N/A	10,367	7,021	6,552	6,697	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,9166	0,5523	1,1475	1,2019	0,61
Opções exercíveis	**17ª Outorga**	**18ª Outorga**	**19ª Outorga**	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**	**23ª Outorga**
Quantidade	147.500	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	23/12/2027	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	6,605	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,6657	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Conselho de Administração						
Nº total de membros						
Nº de membros remunerados						
Opções ainda não exercíveis	**17ª Outorga**	**18ª Outorga**	**19ª Outorga**	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**	**23ª Outorga**
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Opções exercíveis	**17ª Outorga**	**18ª Outorga**	**19ª Outorga**	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**	**23ª Outorga**
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

opções						
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Para fins deste item, os membros do Conselho de Administração que também fazem parte da Diretoria Estatutária foram contabilizados apenas como membros da Diretoria Estatutária

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	**6,67**	**5,00**
Nº de membros remunerados	**0**	**5,00**
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	704.871
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 7,00
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$ 4,80
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	-R$ 1.551.127,37

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	**8**	**5**
Nº de membros remunerados	**0**	**5**
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	1.135.558
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 4,62
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$ 5,31
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$ 781.290,80

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	**9**	**5**
Nº de membros remunerados	**0**	**5**
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	1.037.815
Preço médio ponderado de	N/A	R$ 3,96

exercício		
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$ 7,03
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R$ 3.182.311,55

Diluição potencial por outorga de ações

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais e prevista, remuneração do conselho de administração e diretoria estatutária sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários.

Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstaspara o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais e prevista, remuneraçãodo conselho de administração e diretoria estatutária através de outorga de ações.

Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:
Item não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais, remuneração do conselho de administração e diretoria estatutária através de entrega de ações.

Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor dasações e das opções, indicando, no mínimo:

O Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados e administradores da Companhia possam adquirir ações de sua emissão, visando, com isso, reforçar os níveis de atração, retenção e motivação de talentos, bem como alinhar interesses de executivos aos dos acionistas na geração de resultados e criação sustentável de valor. A meta é criar incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações ("stockoptions"), que consiste na concessão de um direito - e não uma obrigação – de comprar ações da Companhia a preços e prazos pré-definidos. O ganho potencial do Beneficiário será o resultado da Comprae Venda das Ações, ou seja, a eventual valorização da ação sobre o preço de exercício.

No quadro abaixo demonstramos os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações vigentes em 31 de dezembro de 2023 e suas principais características:

Programa	**12ª Outorga**	**13ª Outorga**	**14ª Outorga**	**15ª Outorga**	**16ª Outorga**	**17ª Outorga**	**18ª Outorga**	**19ª Outorga**	**20ª Outorga**	**21ª Outorga**	**22ª Outorga**	**23ª Outorga**
Data da Outorga	12/05/14	16/08/16	07/12/17	09/11/18	04/10/19	23/12/19	13/08/20	24/09/21	03/11/21	11/05/22	15/09/22	23/10/23
Valor justo da opção (reais)	1,25	0,94	0,61	0,16	1,30	2,67	0,92	0,55	0,85	1,15	1,20	0,61
Prazo máximo para exercício	12/05/20	31/01/24	07/12/25	09/11/26	04/10/27	23/12/27	13/08/28	02/01/27	02/01/27	02/01/28	02/01/28	02/01/29
Outorgadas	2.080.000	9.148.285	2.700.000	2.200.248	2.093.860	1.315.000	860.988	1.085.728	114.468	1.445.296	1.567.144	2.196.096
(-) Canceladas	-	919.983	-	-	1.589	-	-	-	-	37.704	-	-
(-) Exercidas	2.080.000	8.228.302	2.700.000	2.200.248	2.092.271	986.250	645.741	411.106	41.496	260.644	284.046	-
Saldo de plano de opção de ações	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**328.750**	**215.247**	**674.622**	**72.972**	**1.146.948**	**1.283.098**	**2.196.096**
Livre para exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(a) Modelo de precificação	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes	Black & Scholes
(b) Modelo de Precificação												
Preço de Exercício Original	3,86	1,60	2,00	1,40	4,03	5,91	9,25	6,57	5,72	6,50	6,65	4,62
Preço de exercício atualizado em 31.12.2023	5,23	1,81	2,17	1,46	4,11	7,57	11,65	7,44	6,40	6,86	7,01	4,63
Preço da ação em 31.12.2023	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57	5,57
Preço médio ponderado das ações no exercício social	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42	4,42
Valor da ação na outorga	3,64	1,94	1,86	1,68	4,00	7,00	8,13	6,10	5,44	6,54	7,76	4,13
Volatilidade 01 ano em 31/12/2023	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%	38,55%
Volatilidade na data de outorga	37,83%	47,25%	57,74%	2,81%	47,35%	43,07%	21,62%	13,25%	16,52%	15,63%	15,58%	13,38%
Prazo de vida da opção atual (média anos)	0,00	0,08	1,94	2,86	3,76	3,98	4,62	3,01	3,01	4,01	4,01	5,01
Prazo de vida da opção na outorga (média anos)	6,00	7,47	8,01	8,01	8,01	8,01	8,01	8,01	5,17	5,65	5,30	5,30
Dividendos esperados	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de Juros livre de risco atual	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%	5,34%
Taxa de Juros livre de risco na data da outorga	5,99%	6,04%	4,39%	4,61%	2,36%	2,36%	2,22%	3,55%	5,68%	5,72%	6,73%	5,97%
(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

exercício antecipado												
(d) Forma de determinação da volatilidade esperada	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Posição em 31/12/2023	
Orgão	**Quantidade de ações**
Controle	372.289.561
Conselho de Administração	2.738.353
Diretoria Estatutária	3.642.417
Conselho Fiscal	0

8.14. Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho deadministração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Item não aplicável, uma vez que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº Membros	5,00	5,00	5,00	6,67	8,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,92	6,67	8,00	8,50	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	10.147.231,02	8.057.452,76	6.755.319,66	11.160.383,21	1.163.498,86	1.140.399,92	153.000,00	153.000,00	153.000,00
Valor da menor remuneração individual	834.031,72	823.333,07	639.724,93	40.000,00	40.000,00	20.000,00	153.000,00	153.000,00	153.000,00
Valor médio da remuneração individual	3.654.866,99	3.450.684,87	3.011.626,36	2.100.307,48	600.437,36	564.752,93	153.000,00	153.000,00	153.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maiorremuneração: 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maiorremuneração: 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2021	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maiorremuneração: 12 meses.	
31/12/2020	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média, e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maiorremuneração: 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso dedestituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras parao emissor

Item não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como que a Companhia não possui contrato de indenidade.

8.17 indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2023	-	79,71%	-
Exercício encerrado em 31/12/2022	-	24,22%	-
Exercício encerrado em 31/12/2021	-	23,76%	-

8.18 indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais, remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membrosdo conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais, remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores,de sociedades sob controle comum e controladas da Companhia.

8.20 Outras Informações Relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não aplicável.

ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **sem orientação de voto** para participação na AGO.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [ ], inscrito no CPF sob o nº [ ], residente e domiciliado na Cidade de [ ], Estado de [ ], na Rua/Av. [ ], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da **JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 10h, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), Cidade Jardim, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, as matérias constantes da Ordem do Dia da AGO, enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data, sendo válido, no prazo referido acima, para quaisquer convocações subsequente da AGO.

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano]

_____

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO VII - MODELO DE PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **com orientação de voto** para participação na AGO.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [ ], inscrito no CPF sob o nº [ ], residente e domiciliado na Cidade de [ ], Estado de [ ], na Rua/Av [ ], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da **JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.**, ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Companhia, a ser em 30 de abril de 2024, às 10h, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), Cidade Jardim, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76.

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na assembleia geral ordinária de 2025, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia, conforme Proposta da Administração.

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Eleição dos membros a compor o Conselho de Administração por meio de chapa:

CHAPA 1: José Auriemo Neto, Thiago Alonso de Oliveira, Alberto Fernandes, Pablo Roman Di Si, Adilson Augusto Martins Júnior, Osvaldo Roberto Nieto e Richard Rainer

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos artigos 13, II, e 19 do Estatuto Social da Companhia:

NOME INDICADO: José Auriemo Neto

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Definir o número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal em três membros titulares e três membros suplentes, conforme Proposta da Administração:

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Eleição dos membros a compor o Conselho Fiscal por meio de chapa:

CHAPA 1: Ademir José Scarpin (Titular), João Odair Brunozi (Suplente), Ariovaldo dos Santos (Titular), Bruno Meirelles Salloti (Suplente), Héctor José Alfonso (Titular) e Luiz Novaes Cabral (Suplente)

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2024 dos Administradores da Companhia, nos termos da Proposta da Administração:

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

- Fixar a remuneração para o exercício social de 2024 dos membros do Conselho Fiscal, nos termos da Proposta da Administração:

Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se [ ]

Para os fins da outorga deste mandato, o procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com as orientações de voto acima manifestadas, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao cumprimento deste mandato. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas. O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data, sendo válido, no prazo referido acima, para quaisquer convocações subsequente da Assembleia.

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano]

_____

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)